

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE ENSINO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS–CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

DANDARA CÂMARA RODRIGUES FREIRE

“ARROZ DEU CACHO E O FEIJÃO FLORIÔ”: Análise do Coletivo de Mulheres “Arte
é Vida” do Assentamento Cristina Alves

SÃO LUÍS
2022

DANDARA CÂMARA RODRIGUES FREIRE

“ARROZ DEU CACHO E O FEIJÃO FLORIÔ”: Análise do Coletivo de Mulheres “Arte é Vida” do Assentamento Cristina Alves

Monografia apresentada ao Curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de licenciatura.

Orientador: Profº Dr. Isaac Giribet Bernat

SÃO LUÍS
2022

Freire, Dandara Câmara Rodrigues.

“Arroz deu cacho e o feijão floriô”: Análise do Coletivo de Mulheres “Arte é Vida” do Assentamento Cristina Alves / Dandara Câmara Rodrigues Freire. – São Luís, 2022.

92 f.; il.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Isaac Giribet Bernat.

DANDARA CÂMARA RODRIGUES FREIRE

“ARROZ DEU CACHO E O FEIJÃO FLORIÔ”: Análise do Coletivo de Mulheres

“Arte é Vida” do Assentamento Cristina Alves

Monografia apresentada ao Curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de licenciatura.

Aprovada: 21/07/2022

BANCA EXAMINADORA

Isaac Giribet Bernat

Prof^o Dr. Isaac Giribet Bernat (**Orientador**)

Elizabeth Sousa Abrantes

Prof^o Dra. Elizabeth Sousa Abrantes

1^o Examinador

Universidade Estadual do Maranhão

Viviane de Oliveira Barbosa

Prof^o Dra. Viviane de Oliveira Barbosa

2^o Examinador

Universidade Estadual do Maranhão

*“Enquanto houver a fome e a miséria atingindo a classe trabalhadora, tem que haver luta dos camponeses”
(Elizabeth Teixeira)*

AGRADECIMENTOS

A meus pais pelo exemplo, por disponibilizarem condições para meus estudos e pelo amor incondicional. A minha família por sempre acreditar em mim. As minhas irmãs Cínara, Nayara e Vitoria e meu irmão Vitor. Aos meus tios e avós, que sempre dedicaram muito amor e confiança. Ao meu eterno afilhado Pedro Lucas, que por ser um menino de ouro Deus o chamou de volta pra si tão cedo, te amo eternamente meu potchoco.

Ao meu orientador, Prof^o Dr. Isaac Giribet Bernat, pela paciência e por auxiliar no desenvolvimento da pesquisa, indicando sempre os melhores meios para alcançar os objetivos. E todos os professores da Uema que fizeram parte da jornada acadêmica e também são responsáveis por esse momento.

Aos amigos de infância Carla Maria, Camila Rocha, Raissa Costa com quem sempre compartilhei os sonhos de ingressar numa Universidade. As queridas “Amigopes” que a UEMA me deu Marla Jéssica, Camila Pereira e Rakell Rays que sempre estiveram comigo e me apoiaram durante essa jornada. Ao querido amigo Elyelthon e aos companheiros de graduação Lucas Morais e Nathalia que muito me ajudaram nos diversos momentos de crise, sempre fornecendo uma palavra amiga e apoio.

Agradecimento especial ao Felipe Lima integrante do Núcleo de Estudos em Questão Agrária no Brasil da Universidade Estadual do Maranhão, sem os quais essa pesquisa não teria se concretizado, por toda paciência na aplicação do questionário.

A todos que contribuíram e apoiaram direta e indiretamente para que eu chegasse até aqui: muito OBRIGADA!

RESUMO

Através da atuação do Coletivo de Mulheres Arte é Vida do Assentamento Cristina Alves, vinculado ao MST e situado no município de Itapecuru-Mirim/Ma, foi possível fazer uma análise do seu impacto na realidade socioeconômica das mulheres sob o prisma da valorização do trabalho feminino. Por meio desse estudo, foi possível constatar alguns avanços e as permanências no que se refere a valorização do trabalho feminino e busca equidade de gênero. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) configura-se como um movimento social que tem objetivo muito além do direito à Reforma Agrária, busca também uma mudança radical na estrutura machista, opressora, segregante, de degradação da natureza que são marcas do modelo de sociedade do capitalismo. Através deste trabalho, abordaremos os aspectos históricos da Questão Agrária brasileira, contextualizando o surgimento do MST. Percebeu-se que, mesmo as mulheres estando lado a lado com os homens, a sua atuação não se materializou de imediato no reconhecimento da relevância destas para a organização do MST, pois a princípio os sujeitos eram homogeneizados em prol da luta de classes, de modo que as demandas específicas das mulheres foram colocadas em segundo plano. Somente após muita luta das mulheres, foi reconhecido que não é possível pensar em um novo modelo de sociabilidade sem colocar em pauta as desigualdades sofridas pelas mulheres. As mulheres não apenas produzem alimentos e trabalham na terra, elas também são fontes econômicas e de cuidado dentro das suas comunidades, e cumprem uma dupla jornada com produção e trabalhos domésticos que são naturalizados como um atributo feminino.

Palavras-Chave: MST. Gênero. Coletivo de Mulheres Arte é Vida.

ABSTRACT

Through the work of the Collective of Women's Arte é Vida do Settlement Cristina Alves, linked to the MST and located in the municipality of Itapecuru-Mirim/Ma, it was possible to analyze its impact on the socioeconomic reality of women from the prism of valuing female work. . Through this study, it was possible to verify some advances and continuities regarding the valorization of female work and the search for gender equity. The Landless Rural Workers Movement (MST) is a social movement that has an objective far beyond the right to Agrarian Reform, it also seeks a radical change in the sexist, oppressive, segregating structure of nature degradation that are hallmarks of the model of capitalist society. Through this work, we will approach the historical aspects of the Brazilian Agrarian Question, contextualizing the emergence of the MST. It was noticed that, even though women were side by side with men, their performance did not immediately materialize in the recognition of their relevance to the organization of the MST, because at first the subjects were homogenized in favor of the class struggle, of so that the specific demands of women were put on the back burner. Only after much struggle by women was it recognized that it is not possible to think of a new model of sociability without putting the inequalities suffered by women on the agenda. Women not only produce food and work on the land, they are also sources of economic care and care within their communities, and they carry out a double shift with production and domestic work that is naturalized as a feminine attribute.

Keywords MST; genre; Women's Collective Art is Life

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-Localização da Cidade de Itapecuru-Mirim.....	49
Figura 2-Festa de aniversário do Assentamento Cristina Alves	51
Figura 3-Alimentos produzidos pelo Assentamento Cristina Alves e embalados pelo Coletivo, adquiridos no Armazém do Solar Cultural da Terra Maria Firmina dos Reis.....	54
Gráfico 1-Faixa etária das mulheres do Coletivo	55
Gráfico 2- Filhos por faixa etária e sexo	55
Gráfico 3-Média de horas semanais dedicadas ao Coletivo	56
Gráfico 4-Grau de responsabilidade pela renda da família	57
Gráfico 5-Grau de participação nas decisões da família	57
Gráfico 6-Razões da participação das mulheres no coletivo	58
Gráfico 7-Impacto da renda gerada no coletivo na renda da família.....	59
Gráfico 8-Impactos da renda do Coletivo na renda pessoal	59
Gráfico 9-Grau de responsabilidade pelas atividades domesticas.....	60
Gráfico 10-Média de horas diárias dedicadas as atividades domesticas	61
Tabela 1-Média de horas dedicadas pelas pessoas de 14 anos ou mais aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, por sexo e situação de ocupação	38
Tabela 2-Número de estabelecimentos agropecuários e condição de produtor ou produtora em relação as terras segundo o sexo.....	41

LISTA DE SIGLAS

CENTRU	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
COOPEVI	Cooperativa Mista das Áreas de Reforma Agrária do Vale do Itapecuru
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEQAB	Núcleo de Estudos em Questão Agrária no Brasil
UdL	Universitat de Lleida
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	ASPECTOS HISTÓRICOS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA	14
2.1	Questão Agrária brasileira e o surgimento do MST	15
2.2	Revolução verde, agrotóxico e agroecologia	26
3	GÊNERO E MST	32
3.1	Silêncios na História	32
3.2	Desigualdade de gênero e a superexploração do trabalho feminino	34
3.3	A Invisibilidade do trabalho da mulher do campo	38
3.4	Incorporação do debate de gênero no MST	42
4.	ANÁLISE DO COLETIVO ARTE E VIDA	46
4.1	A atuação do MST no Maranhão	46
4.2	O Assentamento Cristina Alves	49
4.3	O Coletivo de mulheres Arte é Vida	51
	<i>4.3.1 Caminhos metodológicos</i>	51
	<i>4.3.2 Análise do Dados do Questionário</i>	52
5	CONCLUSÃO	66
	REFERÊNCIAS	69
	APÊNDICES	75
	APÊNDICE A-QUESTIONÁRIO	76
	APÊNDICE B- DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO	79

1 INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma das maiores desigualdades sociais e concentração fundiária do mundo, legado de um processo histórico excludente na distribuição de riquezas. Desde a colonização a utilização da terra no Brasil se deu em prol da agricultura de exportação em detrimento do acesso dos trabalhadores a essa mesma terra. Ainda que ao longo do tempo tenham surgidos discursos voltados para a descentralização da terra, a influência do setor organizado associado ao capital financeiro internacional e aos grandes latifundiários, fazem com que mesmo após dois Planos Nacionais de Reforma Agrária, predomine o latifúndio e a permanência das desigualdades (MAZIN; SANTOS; SANTOS, 2015).

Os dados do último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), mostram que metade de toda a área agrícola do país é ocupada por apenas 1% das propriedades. Ou seja, metade da área produtiva do país é controlada por apenas 1% de todos os proprietários de terras. Esse índice aumentou em comparação ao último censo realizado em 2006, mostrando que a tendência no Brasil é uma concentração de terras cada vez maior. Nesse contexto o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde a sua fundação na década de 80 até os dias atuais, tem se destacado como uma importante força social coletiva no Brasil. Para além da luta pela terra, o MST busca meios para que os assentados permaneçam na terra e ainda construir uma alternativa ao modelo de sociedade capitalista (STEDILLE, 2005).

Ocorre que, mesmo que o MST busque outro modelo de sociedade, ele também está inserido nessa sociedade capitalistas e patriarcal e por ela também é determinado. A princípio havia uma homogeneização dos sujeitos dentro do Movimento, que não levava em consideração a existência de uma relação implícita entre o gênero e o poder, na qual as estruturas hierárquicas se baseiam em compreensões generalizadas e naturalizadas entre feminino e masculino, que inferiorizam o feminino em prol de uma pretensa superioridade masculina (SCOTT, 1990). O desdobramento dessa assimetria naturalizada pode ser visto nas distintas esferas das relações sociais. As relações políticas, culturais, religiosas, econômicas e até mesmo familiares são constituídas baseadas no domínio sobre a mulher que resulta nos altos índices de violência doméstica, invisibilidade de seu trabalho, diferenças no acesso, permanência, reconhecimento profissional e na ocupação de espaços públicos de homens e mulheres.

Mesmo dentro do MST as mulheres tiveram que lutar duas vezes mais para serem reconhecidas como trabalhadoras rurais e acessarem a terra por si mesmas, sem depender da relação com homem (esposa, filha). Foi necessário uma série de debates levantados, para que

as pautas das desigualdades de gênero ganhassem força e o Movimento passasse a incluir as demandas específicas das mulheres e desenvolver instrumentos que possibilitassem uma maior inclusão. A presente pesquisa terá como base os pressupostos teóricos da história social e também utiliza os estudos de gênero na perspectiva do deslocamento da categoria de análise “mulheres” para as relações de gênero, a fim de explicar as assimetrias nas relações entre os sexos. Segundo Joan Scott (1990) as estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino. De modo que gênero é o elemento essencial constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1990).

Nos baseamos ainda nos pressupostos elencados por Heleieth Saffioti, que ao fazer uma análise da mulher na sociedade de classes, desmitifica a ideia de que a expansão capitalista e todos os seus ideais liberais traria uma emancipação feminina, ao proporcionar a saída da mulher da esfera doméstica, que em tese abriria novos rumos para que esta finalmente pudesse estar em par de igualdade com os homens. Segundo a autora, ainda que a estrutura e a lógica capitalista sejam essencialmente de exploração, essa exploração não é igual para todos e os caracteres raciais e de sexo operam “como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada” (SAFFIOTI, 1976, p. 60).

Dentro dessa lógica, verifica-se a importância da participação em grupos produtivos, pois são espaços que possibilitam que mulheres troquem experiências e passem a ressignificar o trabalho produzido por elas mesmas e seu papel dentro do grupo familiar, passando a questionar as opressões sofridas e dando valor econômico a seu trabalho, que muitas vezes foi entendido como “ajuda”. A própria identificação enquanto agricultora/lavradora e não “dona de casa”, como em geral ocorre, é um passo importante para a tomada de consciência e enfrentamento das desigualdades sofridas. Levando-se em conta que:

A formação do grupo não se esgota em seu caráter reivindicatório em relação às autoridades constituídas, isto é, na sua face mais pública ou na reorganização do cotidiano dos sujeitos de uma comunidade, sua face mais privada, mas se estende a um nível importante das relações de poder no espaço público, mesmo que menos visível, da comunidade (PINTO, 1992, p. 131).

Assim através da atuação do Coletivo de Mulheres Arte e Vida do Assentamento Cristina Alves, vinculado ao MST e situado no município de Itapecuru-Mirim/Maranhão, pretende-se fazer uma análise de como coletivos auto organizados, possibilitam uma maior

valorização do trabalho feminino, articulando-se com portanto com luta por equidade de gênero. Além de analisar a percepção das próprias mulheres sobre seu trabalho e alguns impactos na sua realidade socioeconômica. No Primeiro Capítulo traçamos um panorama sobre a Questão Agrária brasileira, destacando o surgimento do MST, pois julgamos essencial para esse trabalho compreender as circunstâncias históricas que produziram a complexidade da atual realidade agrária brasileira.

No Segundo Capítulo vamos trabalhar sobre as desigualdades enfrentadas pelas mulheres, principalmente no que se refere à superexploração do seu trabalho dentro da sociedade capitalista. Determinaremos ainda qual foi o papel destinado às mulheres Sem Terra nas diversas propostas societárias construídas e reconstruídas pelo MST ao longo da sua história e como se deu a incorporação de debates sobre a questão de gênero no MST. No terceiro Capítulo trataremos sobre como se deu a atuação do MST no Maranhão, principalmente no que se refere a regional de Itapecuru-Mirim, cidade onde está localizada o Coletivo de Mulheres Arte é Vida. Também nesse capítulo faremos a análise dos dados obtidos no questionário.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Ao analisar a questão agrária¹ brasileira entramos em um campo complexo e de grande disputa ideológica. A estrutura fundiária altamente concentrada é responsável por grande parte da desigualdade do país, ao mesmo passo que essa estrutura é essencial ao Agronegócio, tão celebrado pelo governo e a grande mídia como os ovos de ouro da economia brasileira - “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”². Por outro lado, os movimentos sociais que buscam a democratização do acesso à terra são criminalizados e os recursos destinados a políticas públicas de distribuição ou permanência à terra se tornam cada vez mais escasso.

No ano de 2021, o agronegócio brasileiro bateu recorde de exportações, alcançando uma receita de US\$ 120,59 bilhões³. O valor representou um crescimento de 19,7% em relação a 2020. Em fevereiro deste ano, a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI), divulgou informações que as exportações alcançaram US\$ 8,82 bilhões em janeiro/2022, valor que representa aumento de 57,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Ainda falando de dados, o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) lançado em

¹ Ao se falar em “Questão Agrária” estamos lidando com um conceito multifacetado que varia conforme o enfoque que se pretende abordar da realidade agrária. Conforme bem nos explica Pedro Stedile: ‘Na literatura política, o conceito de ‘questão agrária’ sempre esteve mais afeto ao estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político. Na Sociologia, o conceito ‘questão agrária’ é utilizado para explicar as formas como se desenvolvem as relações sociais, na organização da produção agrícola. Na Geografia, é comum a utilização da expressão ‘questão agrária’ para explicar a forma como as sociedades e as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território. Na História, o termo ‘questão agrária’ é usado para ajudar a explicar a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra (STEDILE, 2005, p. 15).

² O slogan “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo” é a marca da campanha de marketing “Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil” promovida pela Rede Globo em rede nacional. Sobre a referida campanha em artigo publicado na revista Epict em abril de 2019, os pesquisadores Anderson David Gomes dos Santos, Danielle Viturino da Silva e Kleciane Nunes Maciel, analisaram referida campanha e concluíram que: “A campanha conta com o grande poder de mercado, a audiência e o processo de constituição de formação de opinião de massa da Rede Globo de Televisão, que consegue construir uma imagem positiva de sistema produtivo, sendo o agronegócio propagado como a única saída para o dinamismo do campo e modelo de negócio de sucesso – não só para o rural, já que, em meio a reflexos de uma crise econômica, “manteria o crescimento do Brasil” a partir da “indústria-riqueza do Brasil” (GOMES; MACIEL; SILVA, 2019, p. 14). Nesse sentido, a atuação da propaganda na campanha publicitária estudada ajuda a constituir uma ideologia sobre o campo brasileiro, disseminando a ideia de que o sistema produtivo capitalista a partir do agronegócio é o ideal. Além disso, esse processo encobre e destrói uma teia de relações existentes quanto ao modo de vida e de produzir no campo, que passa pelos pequenos produtores rurais, os quais exercem papel de destaque na produção agropecuária de abastecimento interno.

³ Balança comercial do agronegócio brasileiro apresenta superávit de US\$ 105,1 bilhões em 2021. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicadas, 17 de jan. de 2022. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/index.php>>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

junho de 2022⁴, revela que no Brasil 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer e que, mais da metade da população brasileira (58,7%) convive com algum grau de insegurança alimentar⁵. Em comparação com os dados de 2021, são 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome em pouco mais de um ano.

Nesse contexto, vivemos o paradoxo de um país que tem batido recordes nas safras de produção agrícola ao mesmo tempo bate “recordes” no índice de miserabilidade e insegurança alimentar da sua população. Essa aparente contradição é entendida quando se faz um esforço para compreender a lógica capitalista e as circunstâncias históricas que produziram a atual realidade agrária brasileira. Assim para melhor compreensão deste trabalho faz-se necessário traçar um panorama geral da questão agrária brasileira, destacando os aspectos mais relevantes sobre como se deu a organização da posse, propriedade e utilização das terras ao longo dos anos, destacando períodos principais onde ocorreram mudanças essenciais e que são pertinentes para se debater a questão agrária brasileira.

2.1 Questão Agrária brasileira e o surgimento do MST

No território brasileiro, antes da chegada do europeu, o que se tinha era o uso comum da terra feito pelas populações indígenas. Conforme destaca Pedro Stedile:

Não havia entre eles qualquer sentido ou conceito de propriedade dos bens da natureza. Todos os bens da natureza existentes no território – terra, águas, rios, fauna, flora - eram, todos, de posse e de uso coletivo e eram utilizados com a única finalidade de atender as necessidades de sobrevivência social do grupo (STEDILE, 2005 p. 19).

Com a chegada dos portugueses e o início da colonização passou-se a adotar o modelo de plantation ou plantagem⁶, baseado na grande propriedade da terra e no trabalho escravo. Nesse período todas as terras pertenciam à Coroa, que fazia concessão de uso hereditário através das capitanias hereditárias e sesmarias⁷, esse sistema de doações foi responsável pela “formação

⁴ Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil. jun,2022. Disponível em: <: <https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

⁵ O conceito de “segurança alimentar e nutricional” consiste no direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Tal definição consta no artigo 3º da lei 11346/2006, que criou o SISAAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). “Insegurança alimentar”, portanto, é o seu oposto: quando alguém não tem acesso pleno e permanente a alimentos.

⁶ Aqui nos servimos da definição dada por Jacob Gorender (1976, p. 149): “A plantagem escravista colonial é uma organização econômica voltada para o mercado. Sua função primordial não consiste em prover o consumo imediato dos produtores, mas abastecer o mercado mundial”.

⁷ “A doação de terras em sesmarias – embora estas não dessem o domínio, mas tão somente a posse, ao seu titular – provocou um processo de ocupação e apropriação das mesmas, sob a égide da grande propriedade, definiu um

das grandes propriedades com a configuração do sistema de latifúndio brasileiro” (ROCHA; CABRA, 2016, p.77).

A centralidade da terra como principal meio de produção fez surgir na década de 1960 um debate sobre a natureza da formação econômica e social do Brasil colonial, feudal ou pré-capitalista? O economista, historiador e demógrafo alagoano Alberto Passos Guimarães (2005), defendeu a existência de formas feudais na formação econômica e social do Brasil, destacando que havia uma esperança de reconstituição das instituições feudais na colônia, nas quais a propriedade da terra era o cabedal da nobreza. O autor define o regime econômico colonial de feudalismo colonial:

A despeito do importante papel desempenhado pelo capital comercial na colonização do nosso país, ele não pode desfrutar aqui a mesma posição influente, ou mesmo dominante, que havia assumido na metrópole; não conseguiu impor à sociedade colonial as características fundamentais da economia mercantil e teve de submeter-se e moldar-se à estrutura tipicamente nobiliárquica e ao poder feudal instituídos na América Portuguesa. Por conseguinte, o processo evolutivo em curso na sociedade lusa não veio continuar-se no Brasil colônia, onde o regime econômico instaurado significou um recuo de centenas de anos em relação ao seu ponto de partida na metrópole. Para que assim acontecesse, a classe senhorial, despojada ali de seus recursos materiais, empenhou-se a fundo na tarefa de fazer girar em sentido inverso a roda da História, embalada pelo sonho de ver reconstituído o seu passado (GUIMARÃES, 2005, p. 37).

Essa corrente condizia com o pensamento hegemônico dentro do Partido Comunista do Brasil (PCB), e era defendida também por Nelson Werneck Sodré e Moises Vinhas (STEDILE, 2012, p. 12). De forma geral a hipótese feudal implicava em entender que havia uma contradição direta entre formas sociais aqui implementadas no período colonial e as de natureza capitalista, e que esses vestígios seriam um entrave para o pleno desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A solução para esse entrave seria uma reforma agrária, que surgiria de uma “aliança” com a burguesia nacional, tal como ocorreu em outros países⁸.

Havia também os dissidentes do pensamento oficial do Partido, “grupo de intelectuais marxistas que estavam numa posição mais à esquerda do PCB” (STEDILE, 2007, p. 21), entre

processo de dominação do latifúndio que ainda hoje subsiste no país. Durante três séculos, os donatários e o Governador Geral distribuíram sesmarias, nos vários quadrantes do País, a pessoas gradas e influentes e que participavam, direta ou indiretamente, da ação da conquista e da expropriação das tribos indígenas” (ANDRADE, 1979, p. 144).

⁸ Em vários países ocorreram iniciativas pontuais que geraram processos de distribuição de terras pelo próprio capitalismo, a chamada reforma agrária clássica ou burguesa, que nascia dos anseios do capital. “Esse tipo de Reforma Agrária, (que não foram generalizados, e nem continham conteúdos progressistas) tiveram como principal objetivo o desenvolvimento do mercado interno, formar uma população consumidora e produtora de bens de consumo interno, formar uma população consumidora e produtora de bens de consumo interno e que cumprisse com papel de ser a mantenedora de produção de comida para o operariado urbano, ou seja, de fornecedora de cesta básica. Assim, proletariados urbanos e camponeses foram contemplados com uma parcela de terra e algum incentivo para a produção” (MAZIN; SANTOS; SANTOS, 2015, p. 147).

os quais Caio Prado Junior. Para o autor existia um vínculo entre a burguesia brasileira e o capital internacional, bem como o caráter funcional dos “vestígios” coloniais presentes na formação do Brasil. Para ele a agricultura brasileira somente podia ser compreendida como resultado da relação desenvolvimento/subdesenvolvimento do capitalismo, de modo que o que se desenhou aqui foi uma periferia do capitalismo mundial:

A situação do Brasil se apresenta de forma distinta, pois na base e origem da nossa estrutura e organização agrária, não encontramos, tal como na Europa, uma economia camponesa, e sim a mesma grande exploração rural que se perpetuou desde o início da colonização brasileira até nossos dias; e se adaptou ao sistema capitalista de produção através de um processo ainda em pleno desenvolvimento e não inteiramente completado (sobretudo naquilo que mais interessa ao trabalhador), de substituição do trabalho escravo pelo trabalho juridicamente livre (PRADO JR., 1979, p. 158).

Os debates sobre o assunto se encerraram com publicação da tese de Jacob Gorender (1976), na qual o autor afirma que no período colonial havia a existência de um modo de produção colonial, capitalista baseado na organização das fazendas em plantation/plantagem. O modelo de capitalismo implantado no Brasil, combinava perfeitamente como trabalho escravo. Nas palavras de Pedro Stedile: “o livro do professor foi a “pá de cal” às polemicas que haviam anteriormente sobre a natureza de nosso processo colonial na questão agrária” (STEDILE, 2012, p. 14).

No dia 18 de setembro de 1850 é promulgada a Lei de Terras (Lei 601/1850), que instituiu a propriedade privada da terra no Brasil. Através dessa Lei qualquer cidadão brasileiro poderia se transformar em proprietário privado de terras. O direito à propriedade ocorria mediante o pagamento em espécie de certo valor à Coroa. Vê-se de pronto o impedimento do acesso à terra para a maioria cidadãos, pois, embora, a Lei afirmasse que qualquer cidadão brasileiro poderia se transformar em proprietário, somente aqueles que dispunham de poder econômico o poderiam fazer. “A Lei nº 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil” (STEDILE, 2012, p.25).

A Lei de Terras instituiu a propriedade privada de terras no Brasil e abriu caminho para aquisição desenfreada de terras nas mãos daqueles que detinham o poder econômico e político⁹. Tudo isso pautado num projeto estatal baseado no modelo de desenvolvimento econômico

⁹Iniciou-se uma dinâmica de apropriação territorial, caracterizada pela passagem das terras do domínio público para o domínio privado, baseada principalmente na falsificação de títulos. “Os grileiros já haviam feito sua aparição em cena desde a promulgação da Lei de 1850(SILVA, 1994, p. 166).

ancorado na agricultura de exportação. Conforme aduz José de Souza Martins:

O país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje. Ele condenou a nossa modernidade e a nossa entrada no mundo capitalista a uma modalidade de coerção do trabalho que nos assegurou um modelo de economia concentracionista. Nela se apoia a nossa lentidão histórica e a postergação da ascensão social dos condenados à servidão da espera, geratriz de uma sociedade conformista e despolitizada (MARTINS, 2020, p. 03).

A partir do momento que se instituiu a terra como propriedade privada se estabelece também uma relação de domínio com aqueles que trabalham nas terras. E é justamente esse mecanismo de dominação que se buscava, pois apesar das inúmeras (e prósperas) tentativas de retardar o fim do trabalho escravo no Brasil, com a imensa pressão externa, o fim se aproximava¹⁰. Sobre o tema, Ligia Maria Osório Silva (1994) afirma que uma vez colocado no horizonte a possibilidade do trabalho livre, o Estado era impelido a pôr um fim na disponibilidade de terras com a qual até então se beneficiava a camada dominante no campo “a introdução do trabalho livre obrigava a regularização da propriedade territorial, seu ordenamento jurídico, elementos garantidores do monopólio da terra (SILVA, 1994, p. 160). Desse modo, com o estabelecimento do trabalho livre após abolição da escravidão no Brasil em 1888, se antes as terras eram livres e o trabalhador era preso (escravo), agora com o trabalho livre as terras estão ‘presas’.

A proclamação da República não trouxe mudanças significativas, as terras continuaram concentradas e os trabalhadores sob uma situação de exploração, submetidos as oligarquias rurais. Com a promulgação da Constituição de 1891¹¹, os estados passaram a ter o controle sob as terras públicas, chamadas de “devolutas. Conquanto a República era mantida pela associação dos poderes regionais, formada pelos grandes proprietários de terra. Esse deslocamento de competência possibilitou que os já grandes proprietários pudessem aumentar ainda mais seus latifúndios apropriando-se das terras públicas¹². Esse movimento seguido de apropriação de

¹⁰ A Lei Eusébio de Queirós ou lei n.º 581, de 4 de setembro de 1850, promulgada no Segundo Reinado, proibiu a entrada de africanos escravos no Brasil, criminalizando quem a infringisse. A lei foi criada sob pressão da Inglaterra segue o disposto na Lei de Aberdenn ou Slave Trade Suppression Act” (Ato de Supressão do Comércio de Escravos) promulgada na Inglaterra em 1845 e que proibiu o tráfico de escravos no Hemisfério Sul, possibilitando a marinha britânica a interceptação de qualquer navio que saísse da África e chegasse ao continente americano. Antes da Abolição em 1888 houveram também a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885), que libertava os escravos com mais de 65 anos.

¹¹ Constituição Federal/1881: Art. 64 - Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais.

¹² Segundo Ligia Maria Osorio Silva: “A característica fundamental da legislação aprovada pelos Estados, após a passagem das terras devolutas para o seu domínio foi a liberalidade em relação à posse. Nesse particular o

terras públicas resultou numa imensa massa de despossuídos. O reflexo disso foi a eclosão de diversos movimentos messiânicos no Brasil, a exemplo de Canudos na Bahia e Contestado em Santa Catarina. Uma forma de resistência dos trabalhadores que estavam sob o jugo dos grandes proprietários de terra (ROCHA; CABRA, 2016).

A quebra da bolsa de valores de Nova Iorque (1929) e a crise econômica provocada pela queda dos valores dos produtos agrícolas ocasiona uma instabilidade política e econômica no Brasil, que propicia o declínio da conhecida “política do café com leite”. O novo governo, comandado por Getúlio Vargas, desalojou do poder o setor agroexportador da economia brasileira. Assim na década de 1930 o Brasil começou a experimentar um grande incentivo a industrialização e consolidação a urbanização. A outorga¹³ de uma legislação social conferiu aos trabalhadores urbanos¹⁴ uma série de direitos tais como salário mínimo, fixação da jornada diária em 8 horas, direito a férias, entre outros e toda essa efervescência fez com que a população do campo empobrecida fosse atraída para os centros urbanos a procura de melhores condições de vida. Conforme destaca Coggiola:

Com o passar do tempo, na República Velha, por volta de 1920, 4,5% daqueles que podiam comprar possuíam praticamente metade das propriedades rurais do país. O Ministério da Agricultura foi criado em 1930 e no período do governo Vargas todas as questões agrícolas não eram prioritárias, a legislação laboral criada no Estado Novo cobria apenas os trabalhadores que trabalhavam em áreas urbanas. Nas décadas seguintes, o êxodo rural, a industrialização, as migrações regionais e a concentração de grandes propriedades aumentaram. Mas foi nesta altura que as ligas camponesas começaram a organizar-se e o movimento espalhou-se rapidamente por todo o Brasil¹⁵ (COGGIOLA, 2007, p. 3 apud ROCHA; CABRA, 2016, p.78, tradução nossa).

Com o governo de Juscelino Kubitschek (1956–1961) e sua política

“liberalismo agrário” da República Velha teve um campo de aplicação exemplar[...] sucessivamente, todos os Estados da Federação alteraram a data limite para a validade das posses, e alargaram indefinitivamente os prazos para legitimação. Durante a primeira República, o processo de passagem das terras devolutas para o domínio privado não somente não foi estacando, como conheceu um momento de grande intensidade” (SILVA, 1994, p. 162).

¹³ “Neste sentido, o seu ponto nodal estava na construção do que se convencionou chamar na literatura sobre questão social de “ideologia da outorga”. Ou seja, a legislação social brasileira, instrumento mediador por excelência das relações entre governantes e governados, foi outorgada pela personalidade clarividente do chefe do Estado ao seu povo. Por não ter sido conquistado ao longo de uma epopeia de lutas, e sim outorgada pela Sabedoria do Estado” (GOMES, 1988, p. 247).

¹⁴ Os trabalhadores rurais só tiveram seus direitos reconhecidos em 1963, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural.

¹⁵ Con el decorrer del tiempo, ya en la Vieja República, alrededor de 1920, 4,5% de aquellos que podían comprar, poseían prácticamente la mitad de las propiedades rurales del país. El Ministerio de Agricultura fue creado en 1930 y en el periodo del Gobierno Vargas todas las cuestiones agrarias no fueron prioridades, la legislación laboral creada en el Estado Nuevo sólo daba cobertura a los trabajadores que actuaban en el área urbana. En las décadas siguientes creció el éxodo rural, la industrialización, las migraciones regionales y la concentración del latifundio. Pero es en esse momento que las ligas campesinas comienzan a organizarse y el movimiento enseguida se esparció por todo el Brasil.

desenvolvimentista em torno da consolidação do processo industrial, os grandes latifundiários passaram a investir na criação de uma indústria voltada para mecanização da agricultura. Esse foi o início de um processo que se consolidaria somente com a ditadura militar, no qual haveria a fusão do proprietário de terra e do capitalista (ROCHA; CABRA, 2016).

A crescente mecanização da agricultura na década de cinquenta, aumentou a espoliação dos camponeses, que passaram se organizar. Nesse contexto, intensifica-se o debate público sobre uma divisão mais equânime da terra mediante a implantação de uma reforma agrária. A luta pela terra sempre existiu, mas foi no século XX que os conflitos agrários passaram a ser pauta dos debates públicos:

No século XX ocorreram profundas transformações do espaço agrário brasileiro, inclusive o surgimento da luta pela Reforma Agrária. A Reforma Agrária é uma política pública que possibilitaria a resolução do problema fundiário brasileiro. A luta pela Reforma Agrária no Brasil ganhou força principalmente a partir da década de 1950 com o crescimento das Ligas Camponesas. É importante destacar que, existe diferença entre luta pela terra e luta pela Reforma Agrária. A luta pela terra sempre foi uma luta constante dos camponeses e nasceu com o latifúndio, à luta pela reforma agrária é mais recente (ROCHA; CABRA, 2016, p. 76).

As primeiras organizações rurais tinham grande vínculo com o Partido Comunista, sindicatos rurais e as Ligas Camponesas eram o principal meio de organização:

Nesse caminho operaram os ativistas do Partido Comunista, realizando entre 1945 e 1947, uma grande e organizada mobilização de trabalhadores agrícolas em quase todos estados brasileiros. Fundaram-se, então, centenas de Ligas Camponesas, que reuniam milhares e milhares de pessoas. O êxito alcançado foi de tal importância que nem os elevados índices de analfabetismo do meio rural impediram a eleição de considerável número de representantes comunistas para as assembleias estaduais e municipais, com grande contribuição da votação camponesa (MORAIS, 2012, p. 22).

No início da década de sessenta, houve um aumento significativo de movimentos em busca de direitos trabalhista e acesso à terra, seguido de uma grande adesão popular. Destacando-se as Ligas Camponesas¹⁶, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), a Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e o no Rio Grande do Sul o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER).

Nesse cenário de maior debate social, o tema Reforma Agrária ganha palco, e inclusive previsão de conformar uma das reformas de base propostas pelo então presidente Joao Goulart, cujo governo seria marcado pela intensificação do debate em torno da questão agrária. Esse

¹⁶ Segundo Clodomir Santos de Moraes (1997), as Ligas Camponesas congregavam nacionalmente entre 70 e 80 mil pessoas.

ambiente de efervescência de mobilizações populares, culminou em um grande ato político, no dia 13 de março de 1964, com a participação de mais de 250 mil pessoas que se concentraram na Central do Brasil no Rio de Janeiro, onde o Presidente da República João Goulart assinou um decreto da Reforma Agrária. A classe dominante¹⁷ que estava bem articulada, reagiu¹⁸ instaurando o golpe civil militar¹⁹ de 1964.

O Estado autoritário passa então a liberar uma série de créditos para os latifundiários e cria todo um aparelhamento de apoio, tal qual a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a expansão das rodovias para o escoamento da produção, tudo isso com o pacote de modernização trazido pela “Revolução Verde” da qual falaremos com mais detalhes posteriormente. José Graziano da Silva denominou esse processo de “modernização dolorosa”, baseada na “presença cada vez maior de capitais monopolistas controlando a venda dos insumos básicos (adubo, sementes melhoradas, defensivos), dos meios de produção (maquinas e equipamentos) e a comercialização de produtos” (SILVA, 1982, p. 124). Além de financiar a mecanização dos setores agrários, o golpe de 1964, desarticulou os movimentos que lutavam pelo acesso à terra, ao prender e assassinar grande parte das lideranças do campo que vinham se organizando desde a década de cinquenta, esse contexto inseriu ainda tais organizações na clandestinidade.

Ressalta-se ainda que foi durante o período da ditadura militar que se promulgou a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra, em vigor até os dias atuais. Apesar de ser considerada como a primeira lei de Reforma Agrária do país, a rigor não se trata de uma legislação para a efetiva distribuição de terra, mas sobretudo para tratar de conflitos pontuais sem mudar a estrutura da grande propriedade rural. A intenção original da Lei era tratar as previsões de desapropriação como letra morta. Somente a partir da segunda metade dos anos 70, que as brechas deixadas pelo Estatuto da Terra passaram a embasar a luta dos movimentos sociais pelo acesso terra, diante da previsão de desapropriação de terras pelo não cumprimento

¹⁷ “Em inícios da década de 1960 as elites industriais já estavam suficientemente coesas e diferenciadas para poderem atuar de forma mais ou menos autônoma com relação à estrutura corporativa, bem como para poderem se afastar de qualquer projeto nacionalista que significasse a recusa ao capital estrangeiro ou o estímulo a mobilização das massas” (MENDONÇA, 1986, p. 68).

¹⁸ Ao analisar as causas do golpe, Carlos Fico (2004) afirma que o golpe teve causa macroestruturais e micrológicas, e que as transformações estruturais do capitalismo brasileiro, a fragilidade institucional do país, as incertezas que marcaram o governo de João Goulart, a propaganda política do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), a índole golpista dos conspiradores, “especialmente dos militares todas são causas, que devem ser levadas em conta, não havendo nenhuma fragilidade teórica em considerarmos como razões do golpe tanto os condicionantes estruturais quanto os processos conjunturais ou os episódios imediatos” (FICO, 2004, p. 28).

¹⁹ Com relação a denominação, Demian Bezerra de Melo afirma que melhor seria que em vez de “civil-militar” “nos habituássemos a utilizar uma outra caracterização também feita por Dreifuss, e que talvez capture com mais precisão a natureza daquele regime: uma ditadura empresarial-militar implantada a partir de uma insurreição contra-revolucionárias das classes dominantes” (MELO, 2012, p. 15).

da função social da propriedade²⁰. Inclusive será esta a metodologia de acesso à terra que o MST adotará desde sua etapa seminal antes da sua constituição formal, ocupar a área em disputa para pressionar o governo a verificar se a propriedade está cumprindo com sua função social para que haja sua expropriação²¹.

O Estatuto da Terra deu ainda o embasamento para novas políticas públicas para os grandes proprietários de terras, por meio de incentivos fiscais para projetos agropecuários e crédito farto e barato, estimulando a ocupação das fronteiras agrícolas pelo grande capital e a expulsão de posseiros e índios, provocando o aumento os conflitos pela terra (MEDEIROS, 2008). Como uma maneira de aliviar os conflitos pela terra, a solução encontrada pelos militares foi a criação de planos de colonização para as regiões do Centro-Oeste e Norte do Brasil. Mas diferente dos latifundiários, aqueles que se dispunham a colonizar as terras não tinham nenhum apoio do governo, além da propaganda de “terra livre”:

Somos tentados até a dizer que a expansão da fronteira tem sido a garantia da perversa aliança entre a burguesia industrial e o latifúndio, num pacto político que, além de manter a estrutura agrária existente nas regiões de colonização mais antiga, impediu qualquer medida destinada a democratizar o acesso à posse de terra nas regiões mais novas. Quando a fronteira se “fecha”, acaba se tornando, ela mesma, uma região de conflitos pela posse da terra, como aqueles a que vimos assistindo em nossos dias (SILVA, 1982, p. 119).

Sem encontrar nenhum tipo de suporte do governo para a efetivação da colonização oficial, a situação no campo continuava a mesma e se agravava pela crescente modernização agrícola “poupadora de mão de obra, não tiveram outra alternativa senão abandonar o campo em busca de novas possibilidades de trabalho [...] a face mais dramática do processo de expropriação que então se intensificou” (CARTER, 2010, p. 124).

Durante a redemocratização, com o crescimento da crise social no campo, e com apoio de setores da Igreja Católica que aderiram a Teologia Libertação, houve uma reorganização dos movimentos que lutavam pela terra e que tinham sido desarticulados pelo golpe de 1964. Dessa forma os debates sobre a reforma agrária voltam a ser pautas nacionais, assim como passam a ocorrer diversas ocupações em todo país (CARTER, 2010). Nesse contexto surge o Movimento

²⁰ Lei nº 4.504/1964: Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei. § 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem

²¹ Lei nº 4.504/1964: Art. 12. À propriedade privada da terra cabe intrinsecamente uma função social e seu uso é condicionado ao bem-estar coletivo previsto[...] Art. 13. O Poder Público promoverá a gradativa extinção das formas de ocupação e de exploração da terra que contrariem sua função social.

dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), formalizado em janeiro de 1984, desde então o Movimento tem se destacado como uma importante força social coletiva no Brasil. Conforme enfatizado por Stedile, os fatores que propiciaram a criação do MST foram:

Do ponto de vista socioeconômico, os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso obrigou-os a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST. Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para os seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vive [...] O primeiro aspecto, como vimos, é o socioeconômico. O segundo é o ideológico. Quero ressaltá-lo porque é importante na formação do movimento. É o trabalho pastoral, principalmente da Igreja Católica e da Igreja Luterana. ” [...]“Falei em dois fatores da gênese do movimento, mas há um terceiro também importante. Trata-se da situação política, do processo de democratização do país. Não podemos desvincular o surgimento do MST da situação política do Brasil naquela época. Ou seja, o MST não surgiu só da vontade do camponês. [...] A luta pela reforma agrária somou-se ao ressurgimento das greves operárias, em 1978 e 1979, e à luta pela democratização da sociedade. (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 17,19 e 22).

O MST enquanto movimento social procura defender os direitos e interesses dos menos favorecidos da sociedade, indo em confronto com os interesses do capital multinacional e as oligarquias latifundiárias que concentram grandes extensões de terra em poucas mãos. A luta do MST é por uma Reforma Agrária justa, e seu leque de atuação vai além da luta pela terra, propõe um modelo alternativo de sociedade que não reproduza a estrutura machista, patriarcal, opressora e segregante, que são marcas do capitalismo. Com bem destaca Miguel Carter o “MST não é só um fenômeno rural”, a sua esfera de atuação e influência transcende o meio rural e busca mudanças para toda sociedade:

O MST subverte percepções, normas e costumes tradicionais. Ele perturba a “ordem natural das coisas”. Ele expõe, dá voz a, e canaliza as tensões subjacentes na sociedade brasileira. Alguns consideram essa agitação um anátema nacional. Outros simpatizam com seu impulso de ruptura com a ordem existente. Entre os últimos, muitos veem no Movimento um poderoso símbolo e uma fonte de inspiração na luta por concretizar a promessa da igualdade de direitos e a plenitude da cidadania (CARTER, 2010, p. 37).

Durante a elaboração da Constituição Federal, o tema Reforma Agrária se tornou “assunto nacional” e um ponto bastante polêmico. Havia uma enorme pressão popular provocada pelas organizações camponesas que eclodiram várias ocupações com relação ao acesso de terra no Brasil. Apesar das forças que os movimentos sociais ganharam e não obstante toda a pressão exercida para realização de uma Reforma Agrária, diante de um parlamento

dominado pelos interesses dos grandes proprietários de terra, a Constituição de 1988²² não avançou de forma substancial na questão da reforma agrária, apenas reforçando os pontos elencados no Estatuto da Terra sobre a função social da terra:

Ou seja, não houve qualquer descontinuidade com a volta da democracia, mantendo-se os poderes executivo e legislativo sob controle dos adversários de qualquer reforma agrária mais profunda e consequente, dispondo ainda do apoio do poder judiciário, numa conjugação de forças que tornou inevitável e irreversível a destituição e proletarianização da força de trabalho rural” (DELGADO, 2005, p. 20).

Os governos democráticos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, adotaram uma política de criminalização dos movimentos sociais²³, se utilizado do aparelho estatal para reprimir de forma violenta os grupos sem-terra:

De 1990 a 1996 duas grandes chacinas de trabalhadores sem-terra chocaram o país, na qual causou a morte direta de 31 trabalhadores, nos episódios de Corumbiara (RO) e Eldorado dos Carajás (PA), ambas organizadas e comandadas pelo Estado, na qual envolveu o sistema judiciário, a polícia e governos estaduais (SANTOS, 2014, p. 6).

A intensa e constante violência não diminuiu os conflitos por terra, o que obrigou o governo FHC a atender demandas pontuais para amenizá-los. Assim como o governo FHC passou a assentar milhares de famílias, também criou mecanismos que impossibilitavam a alteração da estrutura agrária:

O segundo mandato do governo de FHC foi marcado pela implantação do projeto neoliberal no campo brasileiro, onde houve a criminalização dos movimentos sociais do campo e a criação da reforma agrária de mercado. A reforma agrária de mercado – proposta pelo Banco Mundial - de acordo com Cabral (2014), tem como objetivo financiar o meio rural, e aos governos da América Latina caberia oferecer meios que permitissem o êxito deste novo modelo de reforma agrária, como: i) manter e proteger o latifúndio; ii) estimular a produção agroexportadora; iii) desmobilizar, despolitizar e destruir os movimentos sociais que reivindicam a reforma agrária redistributiva; iv) criar um novo marco jurídico-institucional onde se possam implementar os projetos e programas de “desenvolvimento rural” [...]; v) reduzir as históricas lutas das populações camponesas à nova figura da “agricultura familiar”, porque desta forma se individualiza e direciona a questão agrária para o âmbito doméstico. Para que reforma agrária – redistributiva – se o problema não é social e sim familiar? (ROCHA; CABRA, 2016, p. 82).

²² Constituição Federal 1988: Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

²³ “Para conter os sem terras e defender o latifúndio, as classes dominantes não hesitaram em partir para uma guerra suja. Com a evidente cumplicidade das autoridades de plantão, lançaram mão de todo expediente à disposição: criminalização das lutas, massacres, assassinatos, estigmatização, retaliação econômica, espionagem, manipulação da informação, cesura aos meios de comunicação (SAMPAIO JR, 2012, p. 28 apud SANTOS, 2014, p. 7)

O Governo com uma estratégia de relançamento dos grandes empreendimentos agroindustriais apoiados na grande propriedade fundiária, para o desenvolvimento pleno do capitalismo no campo, integrando políticas do Estado com o capital financeiro, indústrias, institutos de pesquisa e os proprietários de terras. Criando assim políticas para adequação do arcaico latifúndio ao modelo moderno do agronegócio, principalmente no incentivo a especialização de *commodities* agrícolas para a exportação. Por outro lado, o governo criou mecanismos institucionais para judicializar a questão agrária através da decretação de várias medidas provisórias²⁴ que limitavam a atuação das organizações que lutavam pela terra e tentava deslocar para o judiciário, desviando o foco do executivo. Esse modo de atuação buscava o esvaziamento político e ideológico dos grupos que defendiam uma ampla reforma da estrutura agrária no país (SANTOS, 2014).

A Eleição do petista Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, apoiado por muitos movimentos sociais dentre eles o MST, trouxe a esperança de que finalmente poderia haver de fato uma reforma agrária ampla. Porém o governo Lula, assim com o governo Dilma que o sucedeu, deram continuidade à política agrária do governo FHC, intensificando o desenvolvimento do agronegócio e estabelecendo políticas compensatórias²⁵:

O paradoxo dos governos petistas com relação a resolução do problema agrário brasileiro é produto de alguns processos concomitantes. O perfil de crescimento econômico adotado pelos governos liderados pelo PT aprofundou mecanismos de modernização conservadora que já haviam sido aplicadas pelos governos militares. Ao invés de priorizar uma política agrária distributiva, optaram por aplacar as demandas dos movimentos sociais do campo com maiores verbas para educação, crédito e infraestrutura para os assentamentos de reforma agrária (LERRER; FORIGO, 2019, p. 502).

Dessa forma notamos que mesmo diante de governos que em tese levantavam uma bandeira de esquerda, não houve mudanças significativas na estrutura agrária brasileira como também a concentração fundiária era cada vez maior. Enterrando por fim qualquer possibilidade de uma aliança com a burguesia/Estado que pudesse resultar em uma reforma agrária clássica.

Verifica-se, portanto, que no Brasil existe uma continuidade histórica em torno de uma tríade de elementos indissociáveis: a grande exploração latifundiária; monocultura destinada à

²⁴ Como exemplo temos a Medida Provisória Nº 2.027-38, de 4 de maio de 2000, que impedia a vistoria e a desapropriação de propriedades rurais ocupadas.

²⁵ “O governo Lula propôs dois projetos diferentes de agricultura. Um deles seria desenvolver uma política de fortalecimento da agricultura familiar com projetos voltados para produção de alimentos ligados ao programa FOME ZERO, PRONAF, etc; e o outro conceder altos incentivos financeiros ao agronegócio (ROCHA; CABRA, 2016, p. 84). Além disso destaca-se ainda a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Nacional de Alimentação (PNAE).

exportação e trabalho degradante, onde “a grande exploração se apresenta como base de organização da estrutura fundiária, derivando daí todas as demais esferas de poder não só econômico como também político e de estrutura social” (SANTOS, 2014, p. 2). Diante disso podemos notar a relevância dos movimentos sociais, entre os quais o MST, na luta pelos direitos dos grupos excluídos dentro da sociedade brasileira.

2.2 Revolução verde, agrotóxico e agroecologia

Conforme já mencionando anteriormente, a Revolução Verde trouxe uma grande transformação para dentro da agricultura brasileira. Neste tópico nos aprofundaremos um pouco mais sobre suas motivações e consequências dentro da agricultura brasileira, principalmente no que se refere ao uso de agrotóxicos. Após a Segunda Guerra Mundial, diante da polarização provocada pela Guerra Fria, os Estados Unidos tomaram frente em diversos “projetos” para frear a influência comunista no mundo. Na América Latina, esse projeto teve como principal referência a “Aliança para o Progresso”, cujo objetivos foram delineados na Carta de Punta del Este, em agosto de 1961:

Esta Aliança baseia-se no princípio de que é sob a proteção da liberdade e através das instituições da democracia representativa que, entre outros desejos, os desejos de trabalho, habitação e terra, escolaridade e saúde são melhor satisfeitos. Não há nem pode haver sistema que garanta o verdadeiro progresso se não proporcionar as oportunidades para a afirmação da dignidade da pessoa que é o fundamento da nossa civilização²⁶ (DECLARACIÓN A LOS PUEBLOS DE AMÉRICA, 1967, p. 1, tradução nossa).

O discurso oficial de auxílio humanitário para diminuir as desigualdades sociais e combater a miséria, escamoteava o objetivo principal de tentar controlar as massas, principalmente os sujeitos camponeses que durante o século XX, já tinham demonstrado seu papel fundamental em processos revolucionários em países como China e Cuba. Sob a justificativa de aumentar a produção de alimentos para acabar com a fome no mundo, passou-se a incentivar a modernização agrícola (dependente) através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização do solo e utilização de máquinas no campo que aumentassem a produtividade, a chamada Revolução Verde em oposição a Revolução Vermelha implementada nos países de órbita socialista.

²⁶ Esta Alianza se funda en el principio de que al amparo de la libertad y mediante las instituciones de la democracia representativa, es como mejor se satisfacen, entre otros anhelos, los de trabajo, techo y tierra, escuela y salud. No hay ni puede haber sistema que garantice verdadero progreso si no proporciona las oportunidades para que se afirme la dignidad de la persona que es fundamento de nuestra civilización.

No Brasil a implementação dessas práticas ocorreu, sobretudo, durante o regime militar e foi um dos pilares do chamado "milagre econômico". A utilização de práticas mais mecanizadas na agricultura provocou a expulsão dos trabalhadores arrendatários que foram substituídos pelas máquinas, que eram mais rentáveis aos proprietários das terras. Assim como os pequenos produtores que não conseguiram se adaptar às novas técnicas de produção e não atingiram produtividade suficiente para se manter na atividade, acabavam contraindo dívidas com os bancos ou vendendo suas terras aos grandes proprietários resultando também na sua expulsão. Assim houve um aumento na concentração fundiária e não foi resolvida a questão da fome. Eduardo Sevilla Guzmán resume:

Resumindo a dinâmica gerada pelo desenvolvimento do capitalismo na agricultura, poderia dizer-se que a primeira modernização global da gestão dos recursos naturais, desenvolvida através da implementação da Revolução Verde, significou para o chamado Terceiro Mundo a substituição maciça de terras comunais por propriedades privadas superconcentradas e o despejo generalizado de formas sociais de agricultura familiar por grandes propriedades agroindustriais.²⁷ (GUZMÁN, 2011, p. 135, tradução nossa).

Essas mudanças no contexto socioeconômico de produção agrícola provocadas pela dominação capital financeiro e das corporações, se referem principalmente a concentração de produção e dominação do processo produtivo sobre a terra, introduzindo a propriedade privada onde antes não tinha. Resultando num novo modo de produzir, o chamado Agronegócio, que une os interesses do capital internacional e do fazendeiro capitalista (STEDILE, 2007):

Mas de uns cinco ou seis anos para cá esse modo de acumulação se voltou para a agricultura. Esse modelo foi conhecido popularmente como neoliberalismo, mas em nossa opinião não é o melhor conceito para explicar esse modelo. Nós preferimos usar a denominação "Modelo que subordina a economia ao capital financeiro e internacional", que chegou então à agricultura. Ou seja, ele passou a dominar o que antes eram as esferas da produção que estavam às margens das taxas de lucros maiores como era a produção agrícola. Nos últimos anos nós estamos vivendo uma mudança no contexto sócio econômico de produção agrícola, uma mudança provocada por essa dominação do capital financeiro e das corporações que não existia antes (STEDILE, 2007, p. 25).

O pacote da Revolução Verde, pauta-se em três bases: aprisionamento das sementes, insumos químicos industriais (adubos e agrotóxicos) e produção de maquinário pesado. As sementes passam a ser produzidas dentro da lógica das empresas transnacionais (sementes

²⁷ Resumiendo la dinámica generada por el desarrollo del capitalismo en la agricultura, podría decirse que la primera modernización global del manejo de los recursos naturales, desarrollada a través de la implementación de la Revolución Verde, supuso para el llamado Tercer Mundo la sustitución masiva de los terrenos comunales por la propiedad privada super concentrada y el desalojo generalizado de formas sociales de agricultura familiar por latifundios agroindustriales.

transgênicas). Para as sementes se desenvolverem de forma homogênea como as empresas desejam, é necessário fornecer ao solo determinados adubos para o rápido desenvolvimento das plantas. O rápido desenvolvimento, a monocultura e o grande uso de insumos tornam a área de plantio doente, sendo necessário o uso de agrotóxicos para eliminar as pragas e manter a produção (MST. PROGRAMA AGRÁRIO. 2014). Dessa forma tem-se um ciclo de dependência na qual a agricultura está totalmente subordinada ao capital, um ciclo literalmente tóxico, que além de provocar a destruição dos solos e das águas, produz alimentos que não são saudáveis.

O atual modelo agrícola adotado no Brasil pelas forças do capital e das grandes empresas é prejudicial aos interesses do povo brasileiro. Ele transforma tudo em mercadoria: alimentos, bens da natureza (água, terra, biodiversidade, sementes etc.) e se organiza com o único objetivo do aumento do lucro das grandes empresas, das corporações transnacionais e dos bancos, que controlam a produção, os insumos, os preços e o mercado (STÉDILE, 2013, p. 41).

O desenvolvimento do agronegócio é a síntese do processo histórico brasileiro que consagra o latifúndio como parte estruturante do capitalismo, condizente com o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho. A estrutura agrária concentrada não foi elemento que impediu o desenvolvimento do capitalismo, o latifúndio se reciclou e se integrou ao mercado internacional²⁸, derrotando qualquer argumento sobre a necessidade de uma Reforma Agrária, para desenvolvimento da economia brasileira (SANTOS, 2014, p. 2).

O agronegócio organiza a dinâmica da produção baseado no conceito atual de “cadeia produtiva” de determinada *commodity*. As cadeias produtivas, em geral, são controladas por monopólios de determinadas ramos de produção os quais controlam os diversos momentos, desde a produção até o momento final quando o produto chega ao consumo final geralmente para a exportação (MAZIN; SANTOS; SANTOS, 2015, p. 149).

Assim temos que os produtos do agronegócio não são para atender as necessidades da população. São simplesmente mercadorias, que podem variar conforme a necessidade do mercado externo:

Inovações técnicas e organizacionais na agricultura concorrem para criar um novo uso do tempo e novo uso da terra. O aproveitamento de momentos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informações de disponibilidade de crédito e a preeminência dada a exportação constituem, certamente, dados que vão permitir reinventar a natureza, modificando solos, criando sementes e até buscando, embora pontualmente, impor leis ao clima

²⁸ “Apresenta não mais as oligarquias localizadas, mas sim, uma burguesia internacional, associada e fundida às grandes corporações transnacionais, as formas de joint ventures, as corporações associadas com o capital financeiro internacional” (MAZIN; SANTOS; SANTOS, 2015, p. 150).

(SANTOS, 2008, p.118 apud SANTOS, 2015, p. 8).

Toda a inovação tecnológica trazida pela Revolução Verde, resultou num modo de produção agrícola extensivo e predatório. Não há qualquer zelo pela preservação do meio ambiente ou pela saúde dos consumidores, sendo uma produção que só consegue ser viabilizada com uso extensivo de agrotóxicos. Essa dependência do uso de agrotóxico faz parte da cadeia produtiva do agronegócio, assim desde a década de setenta o Brasil passou a integrar a lista dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo.

E desde a década de 60, já haviam estudos que comprovavam a nocividade do uso de agrotóxicos para o meio ambiente e a saúde. Uma das obras pioneiras é chamado *Primavera Silenciosa*, da bióloga Rachel Carson, que debate de forma crítica a utilização de agrotóxicos e pesticidas nos Estados Unidos nas décadas de 40 e 50, apontando os custos sociais e ambientais. Enquanto o restante do mundo passou a limitar o uso dos agrotóxicos, no Brasil só nos últimos três anos, mais de 1.550 novos produtos foram liberados. Atualmente está em tramite para a aprovação o Projeto de Lei 1459/2022 (antes era PL 6299/2002), o chamado Pacote do Veneno, que se aprovado, vai agravar ainda mais essa situação, pois vai facilitar a aprovação e o uso de mais substâncias, muitas delas cancerígenas e que já são proibidas em outros países, trazendo danos irreparáveis aos processos de registro, monitoramento e controle de riscos e dos perigos dos agrotóxicos.

Além de provocar o aumento exponencial e dependente do uso de agrotóxicos, outro impacto da Revolução Verde foi nos saberes locais, que foram gradativamente substituídos por monoculturas que atendem as demandas do mercado. Desta forma, os saberes tradicionais vão sendo esquecidos, como suas práticas e manejos, uma vez que também são substituídas pelas máquinas e insumos científicos que para gerar dependência e lucro, necessitam cada vez mais de tecnologia (ALONSO, 2005).

Dentro deste contexto, desde a década de 1990 o MST passou a difundir propostas de produção agrícola mais preocupada com outras dimensões, além da produtiva. buscando modelos que incorporassem as dimensões sociais, culturais, éticas e ambientais, na qual o camponês e seus conhecimentos são a engrenagem mestra de um processo de desenvolvimento. No IV Congresso Nacional (2000), o MST assumiu de forma explícita a Agroecologia como uma base na qual deveria se erigir a realização da Reforma Agrária no Brasil, a partir de então várias foram as ações deferidas e fomentadas pelo Movimento com vistas a internalizar a transição à Agroecologia dentro dos assentamentos.

A Agroecologia tem sido reconhecida como ciência emergente, mas sua conceituação é

controversa em face da multiplicidade de conhecimentos e abordagem dos problemas, que são de natureza multi, inter e mesmo transdisciplinar. Havendo uma variedade de interpretações dos autores ou das comunidades que a praticam (MEDINA, 2014). Segundo Eduardo Sevilla Guzmán:

A agroecologia pode ser definida como a gestão ecológica dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à atual crise da civilização. Isto é feito através de propostas participativas das esferas de produção e da circulação alternativa dos seus produtos, com o objetivo de estabelecer formas de produção e consumo que contribuam para enfrentar a deterioração ecológica e social gerada pelo neoliberalismo atual. A sua estratégia tem uma natureza sistémica, considerando a quinta, a organização comunitária, e o resto das estruturas das sociedades rurais articuladas em torno da dimensão local, onde se podem encontrar os sistemas de conhecimento (locais, camponeses e/ou indígenas) que carregam o potencial endógeno para aumentar a biodiversidade ecológica e sociocultural ²⁹(GUZMÁN,2011, p. 13, tradução nossa).

Na atualidade, a Agroecologia ganha um valor próprio na América Latina, se configurando como a alternativa mais importante dos movimentos indígenas e camponeses para criar uma forma diferente de fazer agricultura, (re)surgindo como uma alternativa ao modelo hegemônico de produção e consumo do agronegócio. Pretendendo revolucionar e transformar as estruturas societárias dominantes a partir de uma perspectiva local, mostrando que é possível resistir as formas neocolonizadoras de dominação cultural, social, econômica, técnico e científica. Desse modo, a Agroecologia une o conhecimento científico com outras formas de conhecimento, dando um enfoque pluriépistemológico que aceita a diversidade sociocultural (GUZMÁN, 2011).

A Agroecologia é mais que um conjunto de técnicas alternativas de se fazer agricultura, não se trata simplesmente de trocar adubos industriais por orgânicos, mas de toda uma mudança no sistema de produção desde uma perspectiva política e social. Trata-se de um sistema produtivo diferente, quem tem como perspectiva a produção de alimentos, que tem como sujeito o campesinato e que busca estabelecer a soberania alimentar. Trata-se de um sistema de produção de alimentos saudáveis que parte de um pressuposto de emancipação da natureza e os seres humanos, onde a natureza não é adversária, mas suas dinâmicas devem ser compreendidas

²⁹La agroecología puede ser definida como el manejo ecológico de los recursos naturales a través de formas de acción social colectiva que presentan alternativas a la actual crisis civilizatoria. Y ello mediante propuestas participativas desde los ámbitos de la producción y la circulación alternativa de sus productos, pretendiendo establecer formas de producción y consumo que contribuyan a encarar el deterioro ecológico y social generado por el neoliberalismo actual. Su estrategia tiene una naturaleza sistémica, al considerar la finca, la organización comunitaria, y el resto de los marcos de relación de las sociedades rurales articulados en torno a la dimensión local, donde se encuentran los sistemas de conocimiento (local, campesino y/o indígena) portadores del potencial endógeno que permite potenciar la biodiversidad ecológica y sociocultural.

para que se tenha maior produtividade. De acordo com Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga), o MST é considerado o maior produtor de arroz orgânico da América Latina, e segue nessa posição há mais de 10 anos, mostrando que com a agroecologia é possível a produção de alimentos saudáveis para toda a população, sem dependência dos produtos vendidos pela agroindústria e ainda assim tendo uma alta produtividade.

3. GÊNERO E MST

3.1 Silêncios na História

Segundo Marc Bloch (2000, p. 67), a História tem por objeto de estudo o homem e por isso ela é definida como: “uma ciência dos homens no tempo”. Apesar disso, ao longo do tempo, esse objeto de interesse dos estudos históricos se apresentava de forma limitada, isto é, não se estudava todos os homens e suas ações no tempo, e sim o homem branco, o homem nobre, o homem público – homem herói e “ilustre”, ou seja, os grandes feitos dos grandes homens eram o objeto de estudo da História, em contrapartida a isso, não se focalizava nas ações dos indivíduos marginalizados, e tampouco nas mulheres. Nas palavras de Michelle Perrot: “No início era Verbo, mas o Verbo era Deus e homem” (2005, p. 9). Ao se debruçar sobre os silêncios das mulheres na história, Michelle Perrot destaca que:

O silêncio é comum das mulheres, ele convém a sua posição secundária e subordinada” [...] como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal (PERROT, 2007, p.16).

O silêncio foi reiterado através dos tempos pelas religiões³⁰, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento, às mulheres cabia apenas “aceitar, conformar-se, obedecer, submeter-se e calar-se. Este mesmo silêncio, imposto pela ordem simbólica, não é somente o silêncio da fala, mas também o da expressão, gestual ou escriturária” (PERROT, 2005, p.10).

Ainda segundo Michelle Perrot (2007) as razões desse apagamento se devem, em primeiro lugar, ao fato que os relatos que tinham atenção da história se referem a espaços públicos, local do qual as mulheres não pertenciam³¹. Excluídas do espaço público e do discurso público as mulheres eram ainda silenciadas. Logo no início do livro *Mulheres e Poder: Um Manifesto*, Mary Beard (2018), reflete como na Odisseia, um dos mais famosos poemas épicos, temos o primeiro exemplo registrado de um homem mandando uma mulher calar a boca e afirmando que a voz dela não deveria ser ouvida em público. Assim a “invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas” (PERROT, 2007, p.16).

³⁰ Paulo prescreve o silêncio às mulheres: “A mulher aprenda em silêncio, com toda a sujeição. Não permito que a mulher ensine nem use de autoridade sobre o marido, mas que permaneça em silêncio”(BÍBLIA, 1 Timóteo, 2,11-15).

³¹ “No início do século IV a.c., por exemplo, Aristófanes dedicou uma comédia inteira á “hilarante” fantasia de que mulheres deveriam assumir o controle do Estado. Parte da graça era que as mulheres não sabiam falar adequadamente em público – ou melhor, eram incapazes de adequar sua linguagem pessoal (que, no caso, era amplamente liga ao sexo) ao sublime idioma da política masculina” (BEARD, 2018, p. 21).

Em segundo lugar, ainda se constata o silêncio das fontes: “As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio” (PERROT, 2007, p.17). Mesmo as mulheres que tinham acesso a escrita, sua produção no geral girava em torno de arquivos particulares como correspondências e diários íntimos, que por sua vez, costumam ser alvo de destruições do cotidiano. A maioria das fontes sobre as mulheres eram produzidas por homens e, portanto, “dizem mais sobre os sonhos ou os medos dos artistas do que sobre as mulheres reais. As mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas. Eis aí outra razão para o silêncio e a obscuridade: a dissimetria sexual das fontes” (PERROT, 2007, p. 17).

A inovação historiográfica trazida em 1929 pela escola dos *Annales*, por Marc Bloch e Lucien Febvre, mesmo que tenha rompido com a visão da História dominada pelo exclusivismo político, ainda relegava as mulheres a marginalidade. Somente na década de 1960, já na terceira geração dos *Annales*, influenciados pelos estudos antropológicos, a mulher, assim como outros subalternos (camponeses, escravos, pessoas comuns), foi alçada à condição de sujeito/objeto.

Os historiadores anteriores dos *Annales* haviam sido criticados pelas feministas por deixarem a mulher fora da história, ou mais exatamente, por terem perdido a oportunidade de incorporá-la à história de maneira mais integral, já que haviam obviamente mencionado as mulheres de tempo em tempo (BURKE, 1992, p. 56).

Ao se tornar objeto de estudo no campo historiográfico, a mulher é reconhecida como sujeito com relevância no desenvolvimento da sociedade. Desde os primeiros relatos históricos havia a preferência à comunidade masculina como fator primário, mas de um modo totalizante, como se representasse a experiência de todos. Pensar a experiência das mulheres infere em pensar na desigualdade e nas opressões sofridas por essas.

Segundo Joan Scott (1990), as estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino. De modo que gênero é o elemento essencial constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. Ainda segundo a autora, “gênero é um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre as diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1990, p. 16).

Diante do desafio de entender que o sujeito não é universal³² e que as mulheres estão

³² Monique Wittig defendeu a existência de um “pensamento heterossexual”, cuja função residiria em construir uma “interpretação totalizadora (e masculina) da história, da realidade social, da cultura, da linguagem e de todos os fenômenos subjetivos”. Os conceitos, as análises e compreensões dessas histórias são reduzidos a uma universalidade em que esse pensamento é dominante, sendo incapaz de conceber uma determinada cultura ou sociedade em geral senão por relações humanas pautadas pela heterossexualidade (WITTIG, 2006, p. 52).

envoltas em relações de dominação distintas, é “preciso considerar que a investigação da experiência de mulheres se justifica pelo fato de que a sexualidade, a maternidade e sua força de trabalho configuram relações de controle e dominação distintas e, portanto, requerem um olhar específico” (FRACCARO, 2018, p. 15). Dessa forma, neste trabalho usaremos gênero como categoria analítica para se referir a definições da natureza feminina e aos papéis sociais atribuídos às mulheres, como características socialmente construídas.

3.2 Desigualdade de gênero e a superexploração do trabalho feminino

Basta uma breve análise histórica para verificarmos uma dominação masculina perpetuada desde os tempos mais remotos. De modo geral a igualdade, ao menos jurídica, entre homens e mulheres é um fenômeno recente³³. Menos de três séculos atrás ainda se discutia se as mulheres eram seres humanos como os homens ou se estavam mais próximas dos animais irracionais (PERROT, 2005, p. 17). Muito do que atualmente é naturalizado como direitos básico do cidadão, para as mulheres só chegaram depois de muitas lutas, como é o caso do direito a educação e ao voto³⁴, à participação política e a própria capacidade civil³⁵. Ou seja, tudo que ao homem veio ao “natural” para as mulheres foi preciso muito esforço e mobilização. As raízes do patriarcado são antigas, desde os tempos mais remotos as mulheres são destinadas a esfera doméstica³⁶, ao gineceu. Solteira, vivia sob a dominação do pai ou do irmão mais velho, ao casar-se, o pai transmitia todos os seus direitos ao marido, submetendo a mulher à autoridade deste e quando elas subvertiam essa dominação eram taxadas de bruxas³⁷.

Atualmente, apesar dos avanços, as mulheres ainda estão longe de ocupar os centros do

³³ No Brasil a igualdade jurídica foi alcançada com a Constituição de 1988, que em seu Art. 5º estabelece: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição. ”

³⁴ O voto feminino no Brasil foi reconhecido em 1932 e incorporado à Constituição de 1934, mas era facultativo. Somente em 1965, tornou-se obrigatório, sendo equiparado ao dos homens.

³⁵ No Brasil até o ano 1962 as mulheres eram consideradas como relativamente incapaz, equiparadas aos pródigos, silvícolas e menores de idade com relação à capacidade, não podiam realizar os atos da vida civil sem que fosse assistida ou ratificada pelo seu marido. Somente com a promulgação da Lei 4.121 (Estatuto da Mulher Casada) que em seu artigo 6º excluiu o inciso II do artigo 6º do Código Civil de 1916, dando plena capacidade civil a mulher.

³⁶ Com isso não queremos aqui reafirmar aquela velha tese de que as mulheres se ocuparam do espaço privado e os homens do espaço público, pois as mulheres pobres escravizadas ou trabalhadoras, sempre trabalharam dentro e fora do “reino” da família, numa intensa e extenuante jornada (MST/SETOR DE GÊNERO, 2015).

³⁷ “A Bruxa não era só a parteira, a mulher que evitava a maternidade ou mendiga que, a dura penas ganhava a vida roubando um pouco de lenha ou de manteiga de seus vizinhos. Também era a mulher libertina e promíscua – a prostituta ou a adúltera e, em geral, a mulher que praticava a sexualidade fora dos vínculos do casamento e procriação [...] a bruxa era também a mulher rebelde, que respondia, discutia, insultava e não chorava sob tortura [...] especialmente no campesinato, no contexto da luta contra o poder feudal, quando mulheres atuaram à frente dos movimentos heréticos, muitas vezes organizadas em associações femininas, apresentando um desafio crescente à autoridade masculina e à igreja” (FEDERICI, 2017, p. 332).

poder. De acordo com o IBGE, mais da metade da população brasileira (51,13%) é feminina, e elas representam, segundo Tribunal Superior Eleitoral, 53% do eleitorado. No entanto, ocupam menos de 15% dos cargos eletivos. No âmbito das relações privadas, a ideia de domínio sobre a mulher é levada ao extremo resultando nos altos números de casos de violência doméstica e feminicídio. No mercado de trabalho, mesmo mais qualificadas, as perversidades da divisão sexual do trabalho ainda são parte do cotidiano feminino, que a relegam empregos precários e naturalizam uma dupla jornada de trabalho.

A expansão capitalista e todos os seus ideais liberais, trouxeram a falsa ideia de que seria possível uma emancipação feminina, pois ao proporcionar a saída da mulher da esfera doméstica, em tese, abriria novos rumos para que esta finalmente pudesse estar em par de igualdade com os homens. Segundo Saffioti (2018), o capitalismo pode até se mostrar flexível e estimular mudanças, mas isso não significa que ele ofereça plenas possibilidades de integração social feminina. Ainda que a estrutura e lógica capitalista seja essencialmente de exploração, essa exploração não é igual para todos, e dentro desse contexto ao invés da igualdade as mulheres foram ainda mais exploradas, pois houve a perpetuação da dominação masculina. Silvia Federici assevera que:

O capitalismo precisa justificar e mistificar as contradições incrustadas em suas relações sociais – a promessa de liberdade frente à realidade da coação generalizada e a promessa de prosperidade frente à realidade de penúria generalizada – difamando a “natureza” daqueles a quem explora: mulheres, súditos coloniais, descendentes de escravos africanos, imigrantes deslocados pela globalização. No cerne do capitalismo, encontramos não apenas uma relação simbiótica entre o trabalho assalariado contratual e a escravidão, mas também, e junto com ela, a dialética que existe entre acumulação e destruição da força de trabalho, tensão pelas quais as mulheres pagaram o preço mais alto, com seus corpos, seu trabalho e suas vidas. É, portanto, impossível associar o capitalismo com qualquer forma de libertação ou atribuir a longevidade do sistema a sua capacidade de satisfazer necessidades humanas. Se o capitalismo foi capaz de reproduzir-se, isso se deve somente à rede de desigualdades que foi construída no corpo do proletariado mundial e à sua capacidade de globalizar a exploração. Esse processo segue desenvolvendo-se diante de nossos olhos, tal como se deu ao longo dos últimos quinhentos anos (FEDERICI, 2017, p. 37).

O capitalismo constrói uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens. Para manter a rede de exploração capitalista a desigualdade é essencial, pois possibilita formas de exploração mais perversas com cada uma das categorias:

Cada fase da globalização capitalista, incluindo a atual, vem acompanhada de um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva, o que mostra que a contínua expulsão dos camponeses da terra, a guerra e o saque em escala global e a degradação das mulheres são condições necessárias para a existência do capitalismo em qualquer época” (FEDERICI, 2017, p. 27).

Mesmo quando mais integradas ao mercado de trabalho, existe uma série de segregações enfrentadas pelas mulheres. A divisão sexual do trabalho atua através de duas linhas principais, primeiro separa o que é trabalho do homem do que é trabalho da mulher e em segundo lugar, estabelece uma hierarquia entre eles, onde o trabalho masculino vale mais que o feminino. Nesse contexto, existe uma divisão sexual horizontal de modo que as mulheres são concentradas em determinados setores, geralmente setores ligados a características culturalmente atribuídas como femininas, derivadas da função de reprodução social e cultural ou requerem qualidades estimuladas como femininas (paciência, docilidade, delicadeza). Desse modo identifica-se uma inserção diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, de forma que as oportunidades de trabalho feminino são concentradas em setores específicos e com número reduzido de ocupações dentro da estrutura produtiva (BARROS, 2005).

Esses guetos femininos contem geralmente as profissões mais desvalorizadas, de modo que se faz a pergunta: por que as mulheres continuam se dedicando a essas profissões mesmo sabendo que são mal remuneradas? Alice Monteiro de Barros atribui esse comportamento ao padecimento do ordenamento patriarcal na sociedade e na família, que confere as mulheres os cuidados domésticos com filhos e afazeres do lar, que refletido no mercado de trabalho se transforma em estereótipos negativos a respeito destas. Mentalidade essa que atribui algumas características como presumidamente femininas (BARROS, 2005).

A exploração da mulher se perpetua com salários menores para realização de mesmas funções, dificuldade em acessar cargos mais altos, ainda há uma apropriação do trabalho não remunerado realizado pela mulher. Mesmo trabalhando “fora”, o trabalho realizado pelas mulheres é subvalorizado, pois sempre tido como uma renda secundária e ainda lhe é imposta uma alta carga de trabalho não remunerado que é tido como parte das suas atribuições naturais, trabalho esse que é essencial para realização do trabalho dito “produtivo³⁸” (FEDERICI, 2017).

As condições de desigualdade relacionam-se à permanência de uma divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres aparecem como principais responsáveis pelos afazeres domésticos e cuidados com a família – atividades de reprodução, enquanto que as atividades do homem estão ligadas ao âmbito da produção. Todo o trabalho dito reprodutivo, que é essencial para manutenção do trabalho dito produtivo, não é remunerado, é apenas explorado. A inserção da mulher no mercado de trabalho não mudou isso, apenas fez a mulher acumular as exigências

³⁸ Há no campo das ciências sociais – e mais especificamente no marxismo, uma distinção para entendimento das relações sociais e de produção, que conceitua o trabalho produtivo como aquele que produz riqueza e está diretamente ligado a extração de mais-valia a acumulação na sociedade capitalista. O trabalho reprodutivo, ou improdutivo na literatura marxista clássica, é aquele ligado aos serviços ou que estão relacionados à reprodução da força de trabalho.

do trabalho reprodutivo e produtivo³⁹:

Isso ocorre por que tanto no capitalismo como no patriarcado tudo se transforma em mercadoria, inclusive as mulheres e seus corpos, onde a divisão social do trabalho se soma a divisão Sexual do Trabalho, provocando cada vez mais as desigualdades sociais. Com isso, a intensa jornada de trabalho das mulheres é fundamental para garantir a exploração do trabalho produtivo e reprodutivo no Capitalismo do ponto de vista econômico. O capitalismo visando esse trabalho como importante para o seu desenvolvimento, ele criou ideologicamente, a invisibilidade feminina. Onde o trabalho dentro da casa não é considerado como trabalho, e sim uma extensão natural do “ser mulher”. E o trabalho desenvolvido fora de casa é mal remunerado, por considerar que as mulheres são mais frágeis e tem menos força que os homens (MONTELO, 2017, p. 35).

A Historiadora Silvia Federici afirma que quando falamos em trabalho doméstico, estamos falando da manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora:

A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto a mulheres como também foi transformado num atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda da nossa natureza feminina. O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, por que foi destinado a não ser remunerado [...]. Devemos admitir que o capital tem sido muito bem sucedido em esconder nosso trabalho. Ele criou uma verdadeira obra prima à custa das mulheres. Ao negar um salário ao trabalho doméstico e transforma-lo em um ato de amor, o capital matou dois coelhos com uma cajadada só (FEDERICI, 2019 p. 44).

A persistência da mentalidade de que o homem é o provedor e considerado o trabalhador ideal, coloca o trabalho da mulher em segundo plano, enquanto os homens continuam a trabalhar sem as limitações domésticas. Dessa forma, por possuir uma dupla jornada as mulheres buscam oportunidades de trabalho compatíveis com suas responsabilidades familiares, acabado por ingressar em empregos de jornadas parciais, trabalhar por conta própria ou no próprio domicílio. Essa divisão de trabalho no interior das famílias é resultante dos estereótipos tradicionais que associam o papel da mulher como naturalmente cuidadora da família, alia-se a isso a insuficiência de serviços públicos de apoio acessíveis e convenientes, como creches.

Toda essa carga de trabalho não remunerado recai sobre as mulheres quase que

³⁹ “Conseguir um segundo emprego nunca nos libertou do primeiro. Ter dois empregos apenas significou para as mulheres possuir ainda menos tempo e energia para lutar contra ambos. Além disso, uma mulher trabalhando em tempo integral fora ou dentro de casa, casada ou solteira, tem que gastar horas de trabalho na reprodução da sua própria força de trabalho, e as mulheres bem sabem a tirania dessa tarefa, pois um vestido bonito e um cabelo arrumado são condições para arranjar um emprego tanto no mercado conjugal quanto no mercado de trabalho assalariado” (FEDERICI, 2019, p. 69).

naturalmente, está na base da situação de desvantagem enfrentada pelas mulheres. Conforme vemos na tabela a seguir, na pesquisa realizada em 2019, as mulheres dedicam em média mais de 21,4 horas semanais nos afazeres domésticos, contra 11,0 horas dos homens. Mesmo entre os homens desocupados essa média não varia muito, de modo que as mulheres não ocupadas dedicam em média o dobro de tempo para essas atividades. Esses dados contrariam a ideia errônea de que permeia a mentalidade de muitos de que as mulheres realizam trabalhos doméstico por que não estão inseridas no mercado de trabalho, quando na realidade elas sempre são responsáveis pelos afazeres domésticos, sejam elas donas de casa ou trabalhadoras remuneradas.

Tabela 1-Média de horas dedicadas pelas pessoas de 14 anos ou mais aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, por sexo e situação de ocupação

Sexo	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	16,8	16,3	17,1	17,3	16,2	14,8
Homens	11,0	11,2	10,5	11,3	11,4	9,7
Mulheres	21,4	20,6	21,8	22,1	20,2	19,0
Homens ocupados	10,4	10,8	10,0	10,7	10,7	9,3
Mulheres ocupadas	18,5	18,4	19,1	18,8	17,7	16,8
Homens não ocupados	12,1	12,1	11,1	12,6	13,2	10,9
Mulheres não ocupadas	24,0	22,2	23,6	25,4	22,9	21,4

Fonte: IBGE - PNAD (2019).

Assim, é possível perceber que a exploração da mulher ocorre de maneira mais acentuada em relação à do homem, e que são vários os mecanismos utilizados pelo capitalismo para tornar isso possível. Quando falamos de trabalho feminino na América Latina devemos considerar não apenas uma maior exploração do trabalho devido à divisão sexual do trabalho, à dupla jornada e à precarização do trabalho, mas também a superexploração, enquanto característica inerente às economias dependentes (AMARAL, 2018).

3.3 A Invisibilidade do trabalho da mulher do campo

As mulheres camponesas vivenciam situações que as diferenciam das mulheres urbanas e também dos camponeses (homens). Sofrem uma dupla opressão e exploração por serem camponesas e por serem mulheres:

As mulheres agricultoras são desprovidas de poder porque enfrentam uma “dupla dependência”. A primeira dependência está relacionada ao fato de serem camponesas e, historicamente, o camponato é um grupo cuja inserção social se dá em condições subordinadas em relação ao conjunto da sociedade. Ser camponês em uma sociedade industrializada e urbanizada está associado ao atraso, à ignorância, ao apego à tradição, ao conservadorismo. Significa, nesse contexto, não ser moderno e, portanto, ser inferior. E a segunda dependência está relacionada ao fato de serem mulheres imersas em relações familiares desiguais e hierárquicas, onde a opressão feminina é naturalizada (FERREIRA; MATTOS, 2017, p. 39).

Segundo Maria Ignez Paulilo (2016), o campo é um dos principais reprodutores da desigualdade de gênero e privilegia o homem como chefe da família e da propriedade. Essa desigualdade vem da naturalização dos papéis atribuídos a homens e mulheres e as relações hierárquicas dentro da família. Desde a infância as mulheres estão inseridas no grupo de trabalho familiar, realizando atividades domésticas e na roça. Ainda assim elas crescem e tem que buscar reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais, diante da subvalorização do seu trabalho nas atividades produtivas considerado apenas como “ajuda”, trabalho complementar e subalterno, assim como receber uma remuneração desigual diante dos homens nas mesmas atividades e a restrição destas ao espaço doméstico:

A labuta do homem é central para produzir a autoridade masculina. Essa se ancora no domínio e controle do processo de produção de conhecimentos que envolvem a gestão do fazer-aprender e do saber-fazer camponês e no planejamento para a realização de todo o ciclo produtivo (escolha das áreas de plantio, definição do que plantar e das variedades de sementes, apropriação das técnicas e dos instrumentos de trabalho etc.) até as regras de relacionamento com o mercado. Há uma ordem simbólica (moral) que se instala para reger o trabalho camponês e qualificá-lo de forma diferenciada e hierarquizada como trabalho de homens e trabalho de mulheres. O trabalho produtivo é constituidor da identidade e da autoridade masculina e requer a invisibilização e omissão do trabalho feminino que se anuncia nos roçados como ajuda (ESMERALDO, 2013, p. 240).

Paulilo (2016) nos explica que existem categorias de trabalho dentro da família camponesa e estas seriam: “trabalho leve”, reproduzido por mulheres e crianças, e “trabalho pesado”, que seriam as atividades reproduzidas em sua maioria por homens. Essa classificação do que é trabalho “leve” e “pesado” é uma categoria que varia conforme a região e segundo o sexo do trabalhador. Um trabalho considerado “pesado” em uma região, se em outra região é exercido por mulheres acaba sendo classificado como “leve”. Trabalho “leve” não significa trabalho pouco exigente, de pouca força ou agradável, pelo contrário, pode muitas vezes exigir bastante esforço, muita força e ser desagradável. Porém, “leve” significa que pode ser realizado por mulheres e crianças. Essa situação ocorre da valorização social do homem enquanto “chefe de família”, responsável pela reprodução de seus “dependentes”. Assim, o trabalho desses últimos fica em plano secundário, cabendo, nestes casos, uma remuneração que apenas “ajuda”

a composição do orçamento familiar (PAULILO, 2016).

Anita Brumer (2004) destaca que o fato da atividade profissional e a vida familiar sejam no mesmo local, acaba dificultando para as próprias mulheres a identificação do seu trabalho além da esfera doméstica. Além da roça, a maioria do trabalho desenvolvido pelas mulheres se dá nas proximidades da casa, nos arredores. Os chamados quintais produtivos são espaços onde se cultivam hortaliças, frutas, ervas medicinais, animais de pequeno porte. Assim, essas mulheres acabam enxergando esses espaços como uma extensão da casa, e declarando todas as atividades ali desenvolvidas como serviço doméstico.

Ressalta-se que, se as mulheres em geral sofrem com uma jornada dupla, por que recaem sobre elas todo o serviço doméstico não remunerado. As mulheres camponesas enfrentam uma jornada contínua, desde o amanhecer até o anoitecer, sem uma separação do que é atividade doméstica e reprodutiva.

Dessa forma, a primeira luta das mulheres camponesas é pela sua identidade, pelo reconhecimento da sua profissão enquanto agricultoras e extrativistas e, conseqüentemente, dos direitos decorrentes desse reconhecimento. Elas tiveram que se mobilizar para ter acesso à terra mediante a titulação conjunta com os companheiros, para que constasse em seus documentos que eram trabalhadoras rurais ou agricultoras e assim pudessem exercer seus direitos (SILIPRANDI, 2010).

No artigo *A Mulher e as contradições do Capitalismo Agrário*, publicado em 1983 por Heleieth Saffioti e Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, as autoras destacam a misoginia das leis previdenciárias vigente na época, que davam o direito do homem trabalhador rural se aposentar ao atingir os 65 anos de idade, independente do seu estado civil. Mas com relação a mulher só lhe assistia o direito à aposentadoria, se a mesma fosse só e não estivesse vinculada a um homem pelo matrimônio, pois sendo casada era considerada “dependente” do marido e deveria partilhar a aposentadoria deste, “ainda que a mulher seja efetivamente chefe de família, seu estado de casada impedi-la-á de aposentar-se, só ao homem cabe este direito” (SAFFIOTI; FERRANTE, 1983, p. 74).

Essa ideia da dependência da mulher ao trabalho do marido está vinculada com a invisibilidade e a desqualificação do trabalho feminino tratado apenas como “ajuda”, “leve” “insignificante”, sempre dando maior valor ao trabalho masculino, ainda que as mulheres trabalhem o dobro. Tudo isso é tão naturalizado que mesmo dentro dos sindicatos e órgãos públicos, que “embora as mulheres tivessem presentes, ou mesmo liderado lutas pela conquista da terra elas não eram beneficiadas pelos Planos e Projetos de Reforma Agrária” (SALES, 2007, p. 441). Somente com a implementação da Portaria do Incra nº 981/2003, se tornou obrigatória

a titulação conjunta dos lotes de assentamentos constituídos por um casal em situação de casamento ou de união estável. No caso de separação, os homens e mulheres podem requisitar outra vez o acesso à terra e passam a ter prioridade na criação de novos assentamentos.

Segundo dados da agência das Nações Unidas para a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2018), as mulheres rurais são responsáveis por mais de 45% da produção de alimentos no Brasil, apesar disso a maioria das mulheres sequer cultiva em sua própria terra. Ainda segundo a FAO (2017), analisando diferentes países na América Latina e Caribe, identifica-se que as mulheres são proprietárias de terras em menos de 20% dos estabelecimentos. Ademais, esses estabelecimentos possuem menor área e recebem menores aportes financeiros que aqueles gerenciados por homens. O Censo Agropecuário de 2017 identificou que o universo das mulheres que têm acesso à terra equivale a um percentual de 19,7% (769.672) na agricultura familiar e 15,2% (176.403) no segmento não familiar, revelando uma dinâmica de acesso à terra ainda mais concentrada nas mãos dos homens no segundo grupo.

Tabela 2-Número de estabelecimentos agropecuários e condição de produtor ou produtora em relação as terras segundo o sexo

Brasil e Grandes Regiões	Agricultura familiar - não				Agricultura familiar - sim			
	Total	Homens	Mulheres	% mulheres NAF	Total	Homens	Mulheres	% mulheres AF
Brasil	1.159.117	982.714	176.403	15,22%	3.897.408	3.127.736	769.672	19,75%
Norte	99.354	83.980	15.374	15,47%	480.575	383.693	96.882	20,16%
Nordeste	481.030	389.297	91.733	19,07%	1.838.846	139.2421	446.425	24,28%
Sudeste	273.744	241.637	32.107	11,73%	688.945	585.524	103.421	15,01%
Sul	183.072	161.559	21.513	11,75%	665.767	583.927	81.840	12,29%
Centro-Oeste	121.917	106.241	15.676	12,86%	223.275	182.171	41.104	18,41%

Fonte: Nobre; Butto (2021).

Para além das desigualdades destacadas, as mulheres estão submetidas aos diversos tipos de violência, também fruto da construção patriarcal que sempre coloca as mulheres numa condição de naturalmente inferiores aos homens, nesse sentido, as relações são baseadas no princípio da propriedade, do controle e do domínio sobre a mulher e seu corpo.

Pelo exposto, o MST, que busca a construção de outro modelo de sociedade, viu a necessidade de incluir nos seus debates de luta a questão sobre gênero, pois observou-se a necessidade de combater todos os tipos de desigualdade, pois estes elementos, são as origens dos maiores problemas sociais enfrentados ao longo da história do país. Assim, garantir o acesso à terra as mulheres é garantir a produção de alimentos e aumenta a segurança alimentar das famílias.

3.4 Incorporação do debate de gênero no MST

A desigualdade de gênero e as raízes do patriarcado estão tão estruturadas em nossa sociedade, que mesmo dentro dos movimentos sociais essa estrutura de desigualdade consegue se manter. Dentro do próprio MST, que busca um modelo alternativo de sociedade, os debates sobre questão de gênero e a valorização da participação feminina só ganharam força posteriormente a sua fundação. Nesse sentido, a luta das mulheres do MST é contra as formas de relação capitalista no campo, contra o agronegócio, o grande latifúndio e também contra as mais diversas formas de discriminação e violência contra as mulheres. Assim, esse primeiro objetivo do MST, a luta pela terra, se inicia com a formação dos acampamentos nas fazendas improdutivas e às margens das rodovias (AMARAL, 2018, p. 14).

Apesar das tentativas do patriarcado em legar a mulher apenas o espaço do privado, a participação das mulheres nas lutas populares pode ser vista ao longo da história, mesmo com as diversas tentativas de apagamento. Nos processos de luta pela terra isso não se deu de modo diferente. Desde as Ligas Camponesas podemos observar a relevância da participação feminina, a exemplo de Alexina Crespo ou Elizabeth Teixeira, que com assassinato de seu esposo, João Pedro Teixeira em 1962, assumiu a liderança da Liga Camponesa e passou a ser um símbolo de resistência e luta (MST/SETOR DE GÊNERO, 2015).

Nos anos oitenta, eclodiram diversos movimentos de mulheres rurais no Brasil, como: Movimento da Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs); Movimento de Mulheres Agricultoras (MMAs); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). As primeiras manifestações foram pautadas em torno da sua sindicalização independente de vínculo com pais, irmãos e maridos. Buscando ainda o reconhecimento da profissão enquanto trabalhadoras rurais e seus direitos sociais, previdenciários e sindicais (SILIPRANDI, 2013).

Depois da criação do MST, em 1984, mesmo lutando lado a lado com os homens desde o princípio do Movimento, a atuação das mulheres não se materializou de imediato no reconhecimento da relevância destas para a organização do MST. Haja visto que na priorização as lutas de classes, havia uma tendência homogeneizadora e outras lutas contra o machismo, racismo, homofobia entre outras, foram colocadas em segundo plano:

Se na fase inicial do MST a preocupação com a presença das mulheres é quase nula, paulatinamente, nos anos 1990 começou a ser criado um Coletivo Nacional de Mulheres do MST. A “invisibilidade” da participação feminina passou a ser o objeto de debates e resoluções. No artigo 45 do Documento Básico do MST, de 1993, é enfatizada a necessidade de “Considerar as questões específicas das mulheres e sua

participação como parte integrante das reivindicações e da organização, tratando como classe e não enquanto gênero”; além disso, no artigo 152, ressalta-se que é preciso “garantir a participação das mulheres em todos os níveis da cooperação agrícola e sobretudo estimular sua participação no trabalho produtivo, como também combater as desigualdades e o tradicionalismo que existe no meio camponês”. Com efeito, são muitos os depoimentos e textos que se referem ao meio camponês como sendo um lugar de permanência do machismo e de recuo político das mulheres (GONÇALVES, 2009, p. 202).

Conforme destacado por Gonçalves, a participação feminina se apresenta em geral em dois momentos. No primeiro momento, tem-se uma participação ativa durante a ocupação/acampamento, quando com frequência estão na linha de frente nos confrontos armados com o aparato repressivo “clandestino” e/ou estatal. No segundo momento, com a terra já conquistada há um recuo das mulheres para a chamada esfera doméstica (GONÇALVES, 2009):

Na trajetória da organização e consolidação do MST, as mulheres desempenharam um papel fundamental, sobretudo dentro dos acampamentos. Elas aparecem lutando de forma igualitária nas mobilizações, sofrendo com os homens as agressões da polícia. Em certos momentos tiveram uma atuação mais corajosa do que os homens. Por outro lado, estudos recentes têm evidenciado que, após a conquista da terra, nos assentamentos, a participação das mulheres nos espaços públicos e nas instâncias de decisão se reduziu significativamente. Entre os fatores que contribuíram para isso, registra-se a necessidade de cuidar dos filhos e da casa. Em alguns casos, houve impedimentos da parte de seus esposos. Outras vezes, as próprias mulheres se acomodaram por considerar ter alcançado o objetivo da posse legal da terra. Assim, a ação das mulheres foi-se reduzindo ao espaço doméstico, deixando de ter uma participação mais ativa nas assembleias e em outras instâncias do MST (FURLIN, 2013, p. 259).

Apesar disso, ainda na década de oitenta, foi organizada uma Comissão Nacional de Mulheres do MST que pressionou para que houvesse grupos de mulheres dentro dos acampamentos e assentamentos e que reivindicava que as lideranças estaduais apoiassem as organizações das mulheres dentro do Movimento. Conforme destaca Maísa Amaral:

Foi durante primeiro Congresso Nacional do MST, em 1985, que as mulheres iniciaram a construção da Comissão Nacional de Mulheres do MST, e em 1986, conseguiram, junto com outros movimentos ligados à questão de gênero, o direito de receber lotes nos assentamentos. Desde o 4º Encontro Nacional, realizado em 1988, a questão de gênero é uma das deliberações do Movimento, e em seu documento intitulado “A Reforma Agrária Necessária”, um dos princípios fundamentais é a criação de condições objetivas para a participação da mulher na sociedade (MORISSAWA, 2001). Também em 1988, foi garantida a participação mínima de 30% de mulheres nas delegações. Em 1989, a Norma Geral do MST, um dos principais documentos do Movimento, trazia a questão da mulher em linhas políticas como forma de orientação. Essas orientações iam no sentido de estimular a participação das mulheres em todos os níveis, combater todos os tipos de discriminação e lutar contra o machismo, além de estimular a participação do MST em outros movimentos de mulheres e a criação de uma equipe nacional de mulheres, que estava encarregada de pensar práticas e políticas específicas para as mulheres e

também elaborar materiais para serem estudados e publicados no *Jornal Sem Terra* (MST, 1996). Em 1993, outro importante documento – o Documento Básico –, trazia outros avanços na questão de gênero, entre elas: considerar as questões específicas das mulheres e a participação dessas nas reivindicações e a garantia da participação das mulheres em todos os níveis de cooperação agrícola, estimulando a participação destas no trabalho produtivo e combatendo as desigualdades e tradicionalismos presentes no meio camponês (AMARAL, 2018, p. 16).

Em 1995 foi realizado o I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais, buscando dar maior visibilidade às questões de gênero dentro do MST e foi criada a primeira cartilha do “Coletivo Nacional de Mulheres”. Através da crescente mobilização feminina ao longo da década de noventa, que passou a exigir a inclusão do debate sobre a questão de gênero no MST, visava-se diminuir essas disparidades e aumentar a participação feminina em todas as instâncias do Movimento:

O MST tem incorporado a discussão sobre as desigualdades de gênero na sua plataforma de luta. Por volta de 1997, o MST inclui em seus cursos de formação política os estudos de gênero. Segundo o Movimento, os estudos sobre as relações de gênero indicam como meta a construção de um novo homem e uma nova mulher. Essa discussão é efetivada na prática pelo MST quando em 1999, aprova as linhas políticas sobre classe e gênero, em que são priorizadas a participação e a organização das mulheres na produção e na política. A concretização desse desejo de inclusão foi efetivada com a meta de criação de coletivos de gênero em todos os níveis de organização (SALES, 2007, p. 440).

A partir de então os Programas Agrários do MST, passaram a incluir como objetivo combater todas as formas de discriminação e a busca por uma participação igualitária da mulher no Movimento. Passou-se a tratar das questões de gênero, reconhecendo a situação da mulher do campo, identificando a dupla jornada e reconhecendo que a maioria das mulheres não recebem pelo trabalho realizado, que não participam das decisões da economia familiar e que são as que mais sofrem com a falta de atendimento de saúde para si e para seus filhos.

A criação do Setor de Gênero em 2000, também foi outro elemento importante, pois passou a garantir a formação permanente de homens e mulheres, além de conduzir reflexões sobre essas questões dentro das várias instâncias e setores do MST, passou também a produzir materiais de formação política. Ainda nesse ano, ocorreu a primeira Marcha das Margaridas, homenagem à líder sindical rural Margarida Maria Alves, assassinada em 1983, organizada como parte do movimento internacional conhecido como Marcha Mundial de Mulheres. Vinte mil trabalhadoras rurais se reuniram em Brasília, sob a bandeira “Contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, após quase um ano de preparação, com eventos regionais e municipais em todo o país (SILVA, 2016). Um dos passos importantes também foi a definição da participação de 50% de mulheres em todos os espaços do Movimento, nos processos produtivos, de

formação e educação, nas mobilizações, etc., além do debate da inclusão do nome da mulher nos documentos de concessão de posse e uso da terra de forma conjunta:

É possível perceber, analisando a construção das linhas políticas do Setor de Gênero, os avanços na discussão e da teorização sobre gênero dentro do Movimento, bem como o avanço na participação da mulher, tanto nas formações políticas quanto nas formações técnicas, que são um importante instrumento de transformação social na medida em que possibilita a participação feminina em espaços que historicamente lhe foram negados. Destacamos também que nessas linhas políticas aparece a questão da participação das mulheres na produção, tanto nas cooperativas quanto no planejamento e manejo da produção. Historicamente, esses espaços são ocupados por homens, portanto a percepção dessa realidade e a busca pela sua superação demonstram o comprometimento do Movimento com a igualdade de participação das mulheres em todas as instâncias do MST (AMARAL, 2018, p. 36).

Dessa forma gênero passou a ser um Setor de reflexão na organização e a perspectiva de gênero passou a ser assumida como um tema transversal de reflexão em todos os setores e atividades do movimento. O MST passou a buscar a construção de novas relações sociais entre homens e mulheres (FURLIN, 2013).

Fazendo esse breve traçado histórico foi possível estabelecer qual foi o papel destinado às mulheres Sem Terra nas diversas propostas societárias construídas e reconstruídas pelo MST ao longo da sua história. As mulheres sempre estiveram presentes e em papel de destaque nas lutas, inclusive ocupando papéis que historicamente lhes eram negados. Apesar dessa intensa participação percebeu-se que com a conquista da terra e a formação do assentamento havia uma tendência de desmobilização feminina e essas voltaram a ocupar os ambientes domésticos sendo necessário se pensar estratégias para que essas mulheres voltassem a se mobilizar e ocupar espaços diretivos dentro do Movimento.

Com relação as instâncias organizacionais do MST, se num primeiro houve momento a tentativa de homogeneização do Movimento pautado na luta de classes, com o tempo foi reconhecido que lutar contra a opressão feminina, também era lutar contra as estruturas do capitalismo, visto que essa relação de dominação do patriarcado foi redimensionada no capitalismo para exploração das mulheres. Assim a luta pela Reforma Agrária passa pela construção de novas formas de sociabilidade, de uma forma de propriedade diversa da forma capitalista, por novas formas de produção e por novas formas de educação (AMARAL, 2018).

4. ANÁLISE DO COLETIVO ARTE E VIDA

4.1 A atuação do MST no Maranhão

O Maranhão, segundo o IBGE (2019), é um estado essencialmente agrário. E assim como no restante do Brasil, no Maranhão prevalece a estrutura da grande concentração fundiária, marcada pela grilagem de terras, conflitos agrários e exploração dos trabalhadores. Toda essa concentração é fruto de um processo histórico em conformidade com os planos nacionais e estaduais.

Um marco desse alinhamento é a Lei estadual 2.979/1969, conhecida como Lei Sarney de Terras, que dificultou ainda mais o acesso de terras aos camponeses, resultando em um grau violento de conflitos⁴⁰, e criou todo aparato para modernização da agricultura que foi institucionalizado com a fundação do Departamento de Desenvolvimento Agrário e refundação da Escola Superior de Agronomia, além das atuações da Superintendência Desenvolvimento Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), financiando os grandes proprietários de terra e seus empreendimentos. Esse processo fomentou a grilagem de terras e o resultado foi a intensa migração de maranhenses (posseiros expulsos) para outros estados.

Ao burocratizar o reconhecimento e o acesso às terras do estado, a lei não identifica como legítimas as relações para além do conceito de propriedade burguesa colocando elementos estranhos ao camponês de modalidade familiar ou comunidades tradicionais, mecanismos de legitimação da relação com a terra. [...]A década de 1970 é caracteriza pela importância de incentivos fiscais na execução da política agrícola do estado do Maranhão, em harmonia com o movimento da política federal de avanço da fronteira agrícola a partir da valorização da grande propriedade fundiária e na execução de projetos "de interesse do desenvolvimento nacional" por grupos econômicos nacionais e estrangeiros a partir da liberação e regularização deste último em adquirir terras nacionais (SULIDADE, 2015, p. 58).

Um grande exemplo desses conflitos se deu nas áreas dos babaçuais, onde antes da Lei Sarney de Terras o acesso aos mesmos se dava de forma livre, mas após sua promulgação os fazendeiros e grileiros passaram a cercar as terras e a controlar, e por vezes proibir a extração do babaçu. No chamado tempo do “coco preso”, os trabalhadores ficavam obrigados a vender ou trocar por produtos vendidos na própria fazenda, submetidos a receber o preço que os proprietários se dispunham a pagar, transformando uma relação que antes era pautada na independência (BARBOSA, 2013).

⁴⁰ Em um relatório divulgado em 2020, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Maranhão liderava o ranking de conflitos agrários em todo o país.

Mas, como o avesso e o direito de um mesmo processo, a valorização econômica e comercial do babaçu – guiada por economistas, empresários e governantes quase sempre empenhados na busca de uma eficiente máquina para quebrar o coco e capaz de substituir os ditos “nômades” e “atrasados” camponeses – e a construção poética do Maranhão como a “terra das palmeiras” foram acompanhados pela obliteração simbólica ou pela tentativa de exclusão efetiva dos sujeitos sociais diretamente envolvidos com a coleta e quebra do babaçu, notadamente mulheres. Esse processo de exclusão social se consumaria de modo mais marcante na segunda metade do século XX, com as propostas políticas de modernização direcionadas ao campo maranhense (BARBOSA, 2013, p. 284).

O aparato legislativo contribuiu para tornar o Maranhão um dos estados de maior concentração de terra, no qual em uma área de 12.991.448 hectares, apenas 34,79% desta área está sendo ocupada pela agricultura familiar, enquanto 65,21% está destinada a produção do monocultivo da soja, eucalipto, a pecuária extensiva (agronegócio/latifúndio) (MONTELO, 2017, p. 16):

A referida concentração de terra nas mãos do agronegócio demonstra claramente o desinteresse dos governos do Estado em fazer a reforma agrária. Com isto vem legitimando a miséria e dominando a política, a econômica e a cultura. “O Maranhão é um dos estados mais pobres da confederação brasileira, e possui uma população de 6.574.789 habitantes, distribuída nos 217 municípios de sua confederação. Liderando hoje o ranking com 50% da população, ou 3,2 milhões de pessoas, atendidas pelo programa bolsa família, além de fazer uma má distribuição de renda” (MDS 2015). A opção dos nossos governantes tem sido a de sediar e bancar as ações do agronegócio – latifúndio e os grandes projetos de desenvolvimentistas, deixando a agricultura camponesa de lado. Neste sentido é que os camponeses organizados nos movimentos sociais do campo vêm desenvolvendo luta pela Reforma Agrária Popular.

Atualmente o Maranhão possui mais de mil Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, sendo o segundo estado do país em número de assentamentos. E mesmo o MST sendo um dos maiores movimentos sociais na luta pela terra do Brasil, no Maranhão apenas setenta (70) dos mais de mil assentamentos do estado está vinculado ao MST. O MST apesar de ser o maior movimento social de luta pela terra, quantitativamente e qualitativamente, não possui grande inserção no estado do Maranhão. Uma das possíveis causas, se deve a heterogeneidade e complexidade do campesinato maranhense, que se desdobra numa variedade de organizações e movimentos pautados em uma maior especificidade de identidade, a exemplo do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e dos movimentos quilombolas, a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão (FETAEMA), Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU).

Essa pluralidade não significa que existe um movimento melhor que o outro, pelo contrário os diversos movimentos atuam muitas vezes de forma conjunta e buscam sempre

algum tipo de parceria por enfrentarem problemas comuns e possuírem pautas de objetivos comuns, muitas vezes divergindo apenas na organização. Ainda que não tenha uma atuação quantitativamente expressiva no Maranhão, a tentativa de implementação do MST no estado surge logo depois da criação formal do Movimento, em janeiro de 1984. Durante os primeiros anos o MST atuou no estado em conjunto com CENTRU, utilizando-se inclusive da estrutura deste para sua conformação. A partir de 1989, partindo da ideia que o MST deveria ter sua própria organização como movimento social autônomo, sem estar atrelado a uma organização de caráter sindical como era o caso do CENTRU, estas organizações passaram a percorrer caminhos distintos.

Nos primeiros anos da década de 1990, o MST passa a se consolidar no estado mediante a criação de acampamentos em diversas regiões para além do sul do estado. Esse momento coincide com a adoção de uma forma de organização política em seis regionais vinculadas ao movimento. Em 1994 houve um marco importante para formação da regional do Itapecuru, que foi a criação do Assentamento Diamante Negro, no município de Igarapé do Meio e Monção, pois possibilitou a integração com áreas onde o MST já estava consolidado (GIRIBET BERNAT, 2019). Os primeiros passos da regional onde se insere o Assentamento Cristina Alves foram dados no ano de 1998, quando houve a primeira ocupação da cidade de Itapecuru-Mirim, no atual Assentamento Conceição Rosa. No ano seguinte, houve uma nova ocupação, no atual Assentamento Padre Josimo, município de Presidente Vargas, na qual foram as próprias famílias do Conceição Rosa que realizaram os trabalhos de base com as famílias daquele município que haviam sido despejadas por se negarem a pagar o foro (GIRIBET BERNAT, 2019).

Após essas ocupações, o Movimento ficou conhecido na região, tanto que na ocupação seguinte, realizada em Nina Rodrigues, foi o próprio grupo em litígio com o latifundiário que procurou a militância do MST para conhecer melhor o Movimento e saber das possibilidades de integração. Pontua-se ainda a grande articulação ocorrida na região entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Igreja Católica, através das pastorais, que possuíam estruturas já consolidadas e que forneceram para atuação do MST (GIRIBET BERNAT, 2019).

Este movimento deu origem a criação de novos assentamentos e acampamentos na região, abrangendo assim, o município de Itapecuru, Presidente Vargas, Nina Rodrigues, Vargem Grande, Chapadinha, Duque Bacelar e Coelho Neto. A atuação orgânica e política do MST, principalmente com as ocupações, constituiu-se em um grande impacto tanto nos municípios com na região. Assim como nas demais regiões a luta pela terra, se configurou em um grande acontecimento, e ao mesmo um espaço de grande disputa entre trabalhadores rurais e latifundiários, em muitas destas disputas as famílias chegam a ser despejadas e violentadas tanto pela polícia como pela própria pistolagem da fazenda (MONTELO, 2017, p. 17).

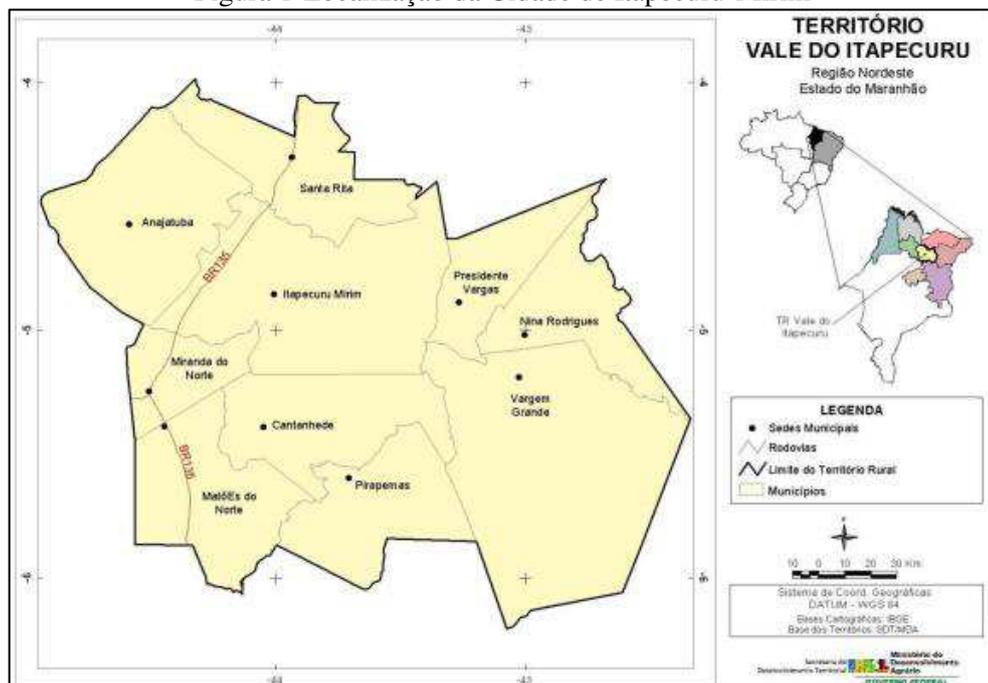
Na atualidade, cerca de setenta áreas, entre acampamentos e assentamentos, estão vinculadas à organicidade do MST no estado, 14 destas conformam a Regional Itapecuru, ou seja aproximadamente 20% dos assentamentos vinculados ao MST no estado se encontram nessa região:

A Microrregião de Itapecuru-Mirim possuía grande potencial para a estratégia de expansão do Movimento, pois estava minada de conflitos de terra oriundos da negativa das famílias camponesas a pagar o foro aos latifundiários. Se tratava de grandes proprietários que possuíam terras que, frequentemente, haviam sido apropriadas de forma ilegal mediante grilagem e que conseguiam manter sob controle mediante a ameaça ou o uso da força (GIRIBET BERNAT, 2019, p. 220).

4.2 O Assentamento Cristina Alves

O Assentamento Cristina Alves, está situado no município de Itapecuru-Mirim, trata-se de uma área da Reforma Agrária vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), resultado da confluência de dois árduos processos de luta pela terra protagonizados pelas famílias que conformam a Vila Cabanagem e a Vila 17 de Abril. A área foi ocupada em 07 de março de 2007, possuindo um total de 4.728 ha (INCRA, 2017). Localiza-se na zona rural, a 12 km do centro da cidade. O Assentamento constitui uma das áreas da Regional Itapecuru com maior grau de inserção no MST (SILVA, 2019).

Figura 1-Localização da Cidade de Itapecuru-Mirim



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA (2004)

Itapecuru-Mirim assim como boa parte dos demais municípios maranhenses possui uma característica rural, sendo, que a maioria de sua população reside no campo e nele ainda permanecem trabalhando para garantir o sustento de suas famílias. Sua economia é baseada na agropecuária, no extrativismo, na agricultura familiar e outros serviços (MONTELO, 2017, p. 18). As famílias assentadas na Vila Cabanagem provem de uma comunidade que enfrentou uma seqüência de ocupações e despejos violentos em latifúndios dos municípios de Miranda do Norte e Matões do Norte, entre maio de 2001 e março de 2007:

O primeiro processo de luta ocorreu no município de Cantanhede - MA organizado pelo movimento que promoveu a ocupação de terra agregando famílias originárias dos municípios de Miranda do Norte e Matões do Norte que constituíram a Vila Cabanagem, a qual fundou-se no dia 01 de maio de 2001, com a aproximadamente 400 famílias que realizaram sua primeira ocupação de terra na Fazenda Tiracanga de propriedade do humorista da Rede Globo de Televisão, o Chico Anísio. Logo no dia seguinte ocorreu o despejo pela polícia, obrigando estas famílias a saírem da terra, elas foram acolhidas pelo Centro Paroquial da cidade (MONTELO, 2017, p. 20).

Após verificar a impossibilidade de consolidar um acampamento nas áreas disputadas, em 2004 essas famílias já desgastadas com as lutas, ficaram em um acampamento provisório numa área cedida pela Paróquia de Miranda do Norte. O grupo de famílias que hoje conforma a Vila 17 de Abril era oriundo dos trabalhos de base realizados pelo MST, a partir de finais de 2004, na periferia do município de Itapecuru-Mirim. Após duas tentativas frustradas de realizar ocupação na área do atual Assentamento, inclusive após seis meses acampados na fazenda do deputado federal Remi Abreu Trinta, enquanto estavam acampados na beira da BR-222, nas proximidades da fazenda em litígio, no dia 07 de março de 2007 foi emitido o decreto de desapropriação que transformou o latifúndio em Assentamento de Reforma Agrária (GIRIBET BERNAT, 2019).

Assim os dois acampamentos da região, o da paroquia em Miranda do Norte e o da BR-222 em Itapecuru-Mirim, confluíram para a formação do Assentamento, dividindo em duas agrovilas, respeitando-se os dois processos de luta diferenciados, criando-se as Vilas Cabanagem e 17 de Abril. Nota-se ainda que nenhum dos acampamentos possuía vínculo anterior com as fazendas antes da ocupação, o que era uma exceção na Regional Itapecuru (GIRIBET BERNAT, 2019).

Figura 2-Festa de aniversário do Assentamento Cristina Alves



Fonte: Acervo MST (2017).

O Nome do Assentamento foi escolha das próprias famílias como forma de homenagear uma das acampadas, Cristina Alves, muito ativa e querida por todos, mas que infelizmente faleceu antes da concretização do Assentamento (MONTELO, 2017). Nota-se desde então uma perspectiva de valorização feminina vinda do próprio nome do Assentamento, da valorização da importância de uma das muitas mulheres que participaram da luta pela terra. Por fim ressalta-se que no P.A Cristina Alves “A Coordenação Geral: é composta pelos 02 coordenadores dos núcleos de famílias sendo um homem e uma mulher, respeitando a paridade de gênero; um representante por setor, junto com a diretoria da associação e da cooperativa” (MONTELO, 2017).

4.3 O Coletivo de mulheres Arte é Vida

4.3.1 Caminhos metodológicos

O presente trabalho é o resultado de uma pesquisa realizada na Vila 17 de Abril do Assentamento Cristina Alves com as mulheres que fazem parte do Coletivo Arte é Vida, e contou com o apoio de membros do Núcleo de Estudos da Questão Agrária Brasileira da Universidade Estadual do Maranhão (NEQAB/UEMA).

A pesquisa foi executada através de questionário semiestruturados com 12 das 15 mulheres que atualmente integram o Coletivo. Apesar de possuir integrantes do sexo masculino, o foco da pesquisa foram as mulheres, por isso não foram consultados integrantes do sexo masculino. O modelo do questionário aplicado encontra-se em anexo, assim como a autorização

das participantes. Em decorrência da pandemia COVID-19, infecção humana causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), os questionários precisaram ser aplicados por um morador da Vila 17 de Abril e membro do NEQAB, Felipe da Costa Lima.

Os dados primários foram coletados através de pesquisas bibliográficas e os dados secundários por aplicação dos questionários semiestruturados, nos meses de novembro e dezembro de 2021. Quanto à abordagem, a pesquisa em questão é classificada como qualitativa feita por meio da pesquisa bibliográfica com base em leitura e fichamento das obras de referência e levantamento teórico dos assuntos relacionados, como suporte os autores GUZMÁN (2011), STEDILE (2005), SCOTT (1990), SILIPRANDI (2013), GIRIBET BERNAT (2019) dentre outros. E da pesquisa documental através da análise da legislação e documentos produzidos pelo MST, como cartilhas e cadernos de formação.

O questionário foi dividido em vários aspectos, que continham a identificação das trabalhadoras, aspectos pessoais como a relação com a família, identificação do núcleo familiar, divisão de tarefas na residência, identificação do (a) responsável pela tomada de decisões na família, econômicos como a renda pessoal, renda familiar, mudanças de qualidade vida após a inserção coletivo, mudança na qualidade da alimentação e na percepção e valorização do trabalho.

Foi realizada a tabulações dos dados, obtendo-se uma análise estatística dos dados, com a intenção de mostrar através de gráficos os resultados em forma de porcentagem e estatísticas. As tabulações e as representações gráficas foram feitas utilizando os programas Microsoft Office Word e Microsoft Office Excel.

4.3.2 Análise do Dados do Questionário

O Coletivo de Mulheres Arte é Vida foi criado em 2012, a ideia inicial era trabalhar com a produção de artesanato usando materiais recicláveis, mas, posteriormente, as mulheres sentiram a necessidade de ampliar sua atuação, como bem destaca Silva, (2019 p. 42): “a gente começou a trabalhar com artesanato logo após a gente viu a necessidade de ter um espaço para trabalhar hortaliças para nossa alimentação, na época a gente não pensava em comercializar [...] no quintal da casa a gente começou a fazer uns Canteiro”.

O Coletivo se iniciou com dez mulheres, mas à medida que os trabalhos se desenvolveram houve uma maior adesão. Atualmente o Coletivo se divide em “nove grupos de trabalho: Artesanato; Horta; Mesocarpo; Plantas Medicinais e Produção de xarope; Padaria e Sorvete; Polpas e Fabricação de licor de frutas; Produção de Sabão; Produção de biscoito de

Mesocarpo e Crianças” (SILVA, 2019 p. 42).

Dentre as atividades desenvolvidas destaca-se a produção na horta comunitária, que segue a proposta dos princípios agroecológicos incentivados pelo MST, principalmente no que se refere a não utilização de agrotóxicos. A horta comunitária foi criada em 2013, no quintal da sede do Coletivo. Iniciou com um tamanho de 1.250 m², mas com apoio da do projeto de cooperação internacional para o desenvolvimento financiado pela Universidade de Lleida (UdL) e os trabalhos da equipe de extensão universitária da UEMA, passou por duas ampliações nos anos de 2017 e 2018. Atualmente a horta comunitária possui uma área de aproximadamente 3.750 m² (SILVA, 2019, p. 42).

Era só mesmo mato era tudo cheio de mato e toco (...) como não tinha serventia esse mato que tinha no quintal da casa do coletivo de mulheres então pensamos: “Vamos trabalhar com hortaliças, que é para gente produzir o nosso próprio alimento” (...) Como nosso movimento é o MST, nós queremos fazer que a reforma agrária aconteça e estamos fazendo, estamos mostrando que está dando certo. Então pensamos: “vamos produzir o nosso próprio alimento, uma alimentação saudável” e aí quem sabe fornecer para mercados, ir para fora né fornecer em lojas (Ana, entrevistada nº 07) (SILVA, 2019, p. 43).

As mulheres são responsáveis por planejar a distribuição e organizar a horta comunitária, mas o trabalho na produção não é exclusivo delas, existe a atuação de toda unidade familiar, homens (maridos ou companheiros) e crianças (filhos) incluídos.

Existe uma imensa diversidade de plantas cultivadas, entre os principais estão: vinagreira (*Hibiscus sabdariffa*), maxixe (*Cucumis anguria*), quiabo (*Abelmoschus esculentus*), pepino (*Cucumis sativus*), coentro (*Coriandrum sativum*), cebola (*Allium cepa*), cheiro-verde (*Petroselinum crispum*), cebolinha (*Allium schoenoprasum*), couve (*Brassica oleracea*), abóbora (*Cucurbita*), entre outros. Além das hortaliças, há o cultivo de plantas medicinais e frutíferas. Os alimentos produzidos na Horta Comunitária, primeiramente, são destinados às famílias que nela trabalham e a outra parte é fornecida para a COOPEVI, que acessa a políticas públicas como Programa de Aquisição de Alimentos- PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE (SILVA, 2019, p. 39).

O espaço destinado a horta, é dividido em três partes como bem explica uma participante do coletivo: “tem três divisões, tem coletivo depois tem a área com os canteiros individuais e a última área é para cooperativa” (SILVA, 2019, p. 40). Os alimentos excedentes as subsistências das famílias são comercializadas através dos programas de comercialização como PNAE e PAA e ainda em feiras nacionais e estaduais da Reforma Agrária organizadas pelo MST. A comercialização não se restringe a cidade de Itapecuru -Mirim, chegando inclusive em São Luís, no Solar Cultura da Terra Maria Firmina dos Reis e no Centro de Referência Estadual de Economia Solidária (CRESOL).

Conforme destaca Montelo (2017), PNAE, garante que no mínimo 30% do valor enviado a Estados, Municípios e Distrito Federal, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, devem ser utilizados obrigatoriamente na aquisição de gênero alimentícios provenientes da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural com dispensas de licitação. O acesso do Coletivo ao PNAE se deu por meio de chamada pública, através da Cooperativa Mista das Áreas de Reforma Agrária do Vale do Itapecuru (COOPEVI), que faz escoamento da produção.

Figura 3-Alimentos produzidos pelo Assentamento Cristina Alves e embalados pelo Coletivo, adquiridos no Armazém do Solar Cultural da Terra Maria Firmina dos Reis

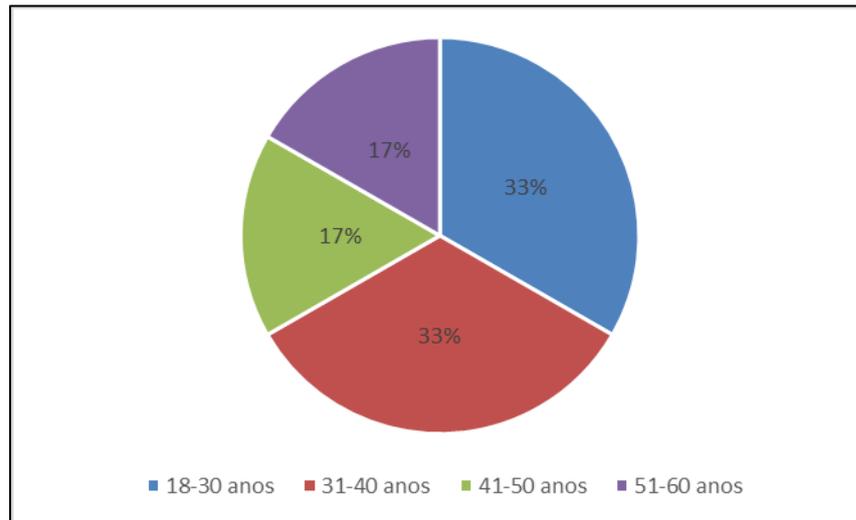


Fonte: Isaac Giribet Bernat (2022).

Esclarecidos alguns pontos sobre a formação e organização do Coletivo, passaremos a análise dos dados obtidos com a aplicação do questionário. Primeiramente foi possível traçar um perfil geral das mulheres e do seu núcleo familiar, assim como identificar do núcleo a divisão de tarefas na residência e do responsável pela tomada de decisões na família. Além disso foi possível determinar o impacto do Coletivo na renda pessoal e familiar das mulheres.

As mulheres que fazem parte do Coletivo possuem idade entre 23 e 52 anos. Conforme mostra o gráfico, 66% das mulheres tem entre 31 e 50 anos, um perfil de participação bastante jovem. Dessas mulheres, apenas 16,2% dessas mulheres são solteiras, 8,1% são viúvas enquanto 75,7% são casadas ou estão em união estável.

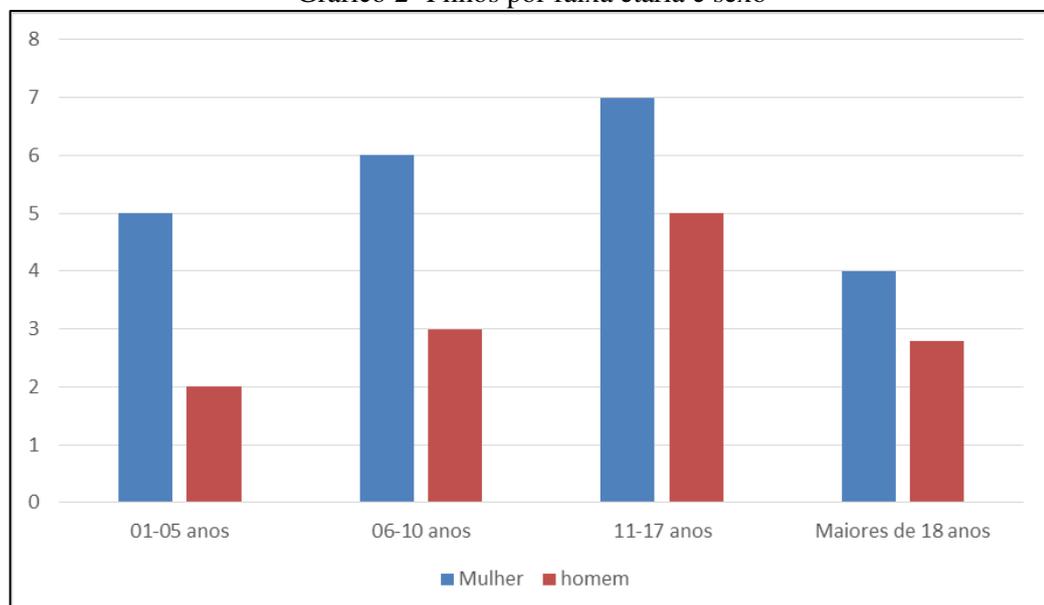
Gráfico 1-Faixa etária das mulheres do Coletivo



Fonte: Dados da pesquisa (2022).2

A maioria das mulheres que compõe o Coletivo possui filhos, correspondendo a onze mulheres (91,7%). O núcleo familiar é formado em sua maioria pelos maridos/companheiros e filhos (75%), e a variação que ocorre no número de integrantes da família que residem juntos, depende quantidade de filhos. Apenas uma das mulheres que respondeu o questionário não possui filhos, cinco mulheres (42%) possuem dois filhos, três mulheres (25%) possuem três filhos, uma mulher (8%) possui seis filhos e duas mulheres (17%) possuem sete filhos. Sendo que a maioria dos filhos está entre as idades de seis a dezessete anos, conforme mostra o Gráfico 2 abaixo:

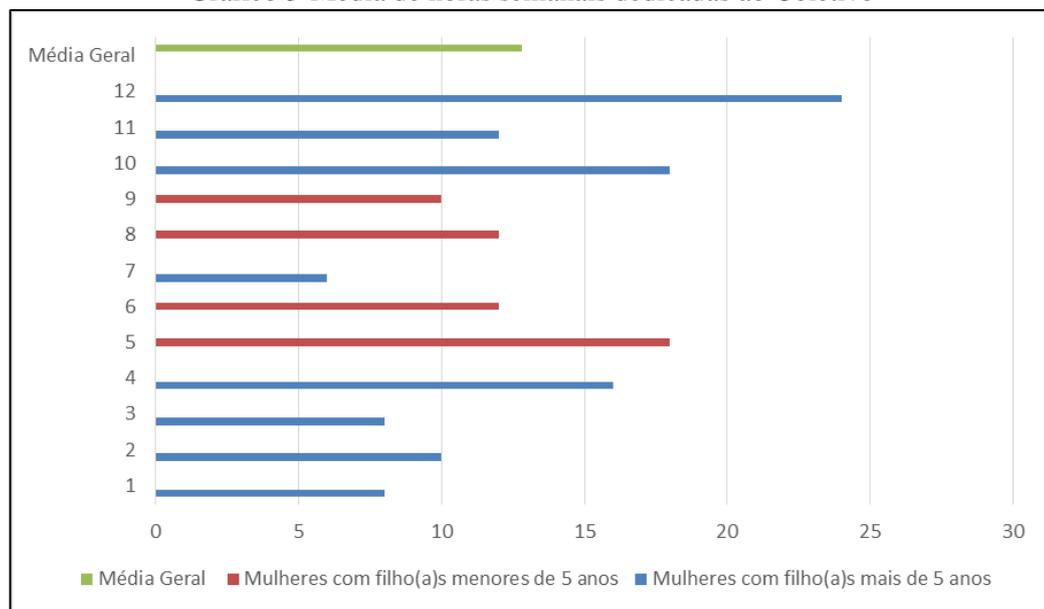
Gráfico 2- Filhos por faixa etária e sexo



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Sobre as mulheres recaem de forma desproporcional os cuidados com a família. Assim a análise da faixa etária dos filhos se faz importante na medida em que, teoricamente, quanto maior a idade dos filhos mais as mulheres conseguem dispor de tempo para se dedicar a outras atividades. No caso das mulheres que responderam ao questionário, verificou-se que média de horas semanais dedicada ao Coletivo é de 12, 8 horas. Fazendo a comparação da média geral e a média das mulheres que possuem filhos menores de cinco anos, verifica-se no Gráfico 3 que não há uma alteração significativa. Isso pode significar que a existência do setor de crianças e jovens dentro do próprio Coletivo, pode acabar funcionando como rede de apoio na criação dos filhos.

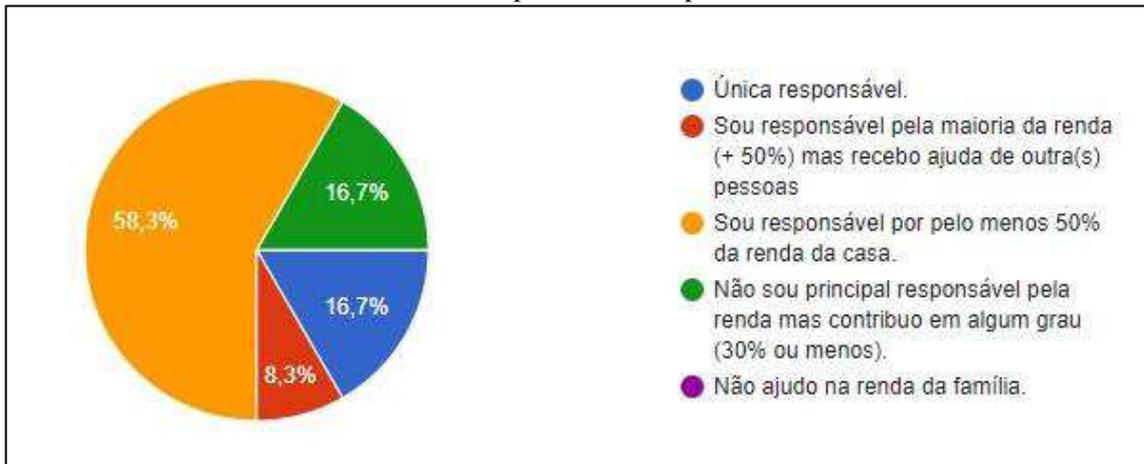
Gráfico 3-Média de horas semanais dedicadas ao Coletivo



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Com relação a participação na renda da família, apenas 16,7% das mulheres não é responsável por no mínimo 50% da renda familiar. Todas as mulheres possuem algum grau de participação na renda da família, dentre as quais 58,3% são responsáveis por pelo menos 50% da renda familiar, conforme se verifica no Gráfico 4. O alto grau de participação das mulheres na renda familiar, demonstra que apesar dos diversos processos exploratórios e do trabalho não remunerado, elas ainda conseguem se incumbir boa parte da renda familiar.

Gráfico 4-Grau de responsabilidade pela renda da família

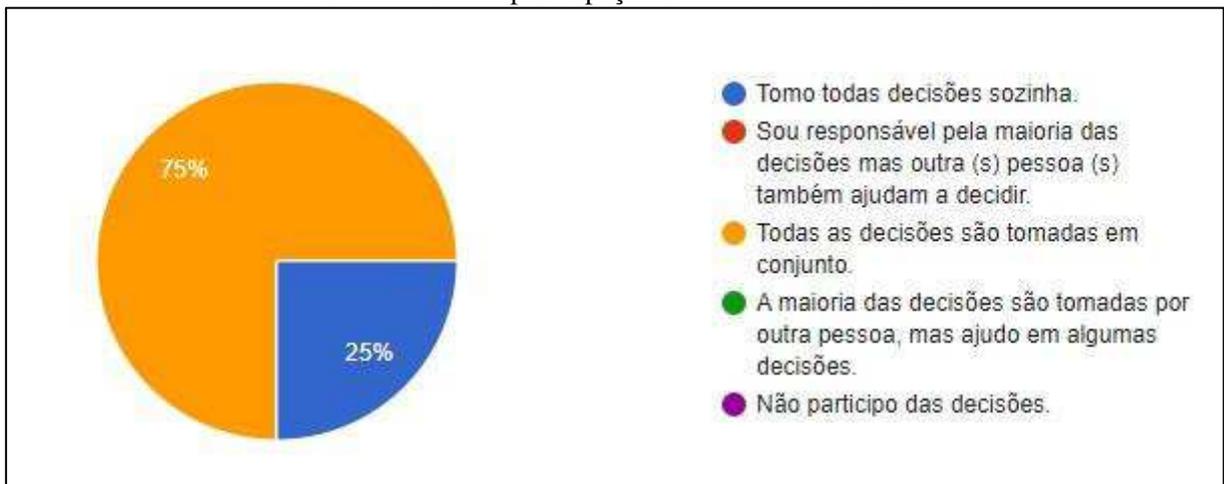


Dados da pesquisa (2022).

Ainda sobre a participação das mulheres na renda familiar, ela pode refletir também um maior grau de reconhecimento com relação aos trabalhos realizados pelas mulheres, superando a qualificação “ajuda” e conseqüentemente sendo remunerada por ele.

Quando perguntadas sobre o grau de participação nas decisões sobre a roça e como usar a renda da família (escolha do que plantar/como gastar o dinheiro), 75% das mulheres respondeu que as decisões são tomadas em conjunto com marido/companheiro.

Gráfico 5-Grau de participação nas decisões da família



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

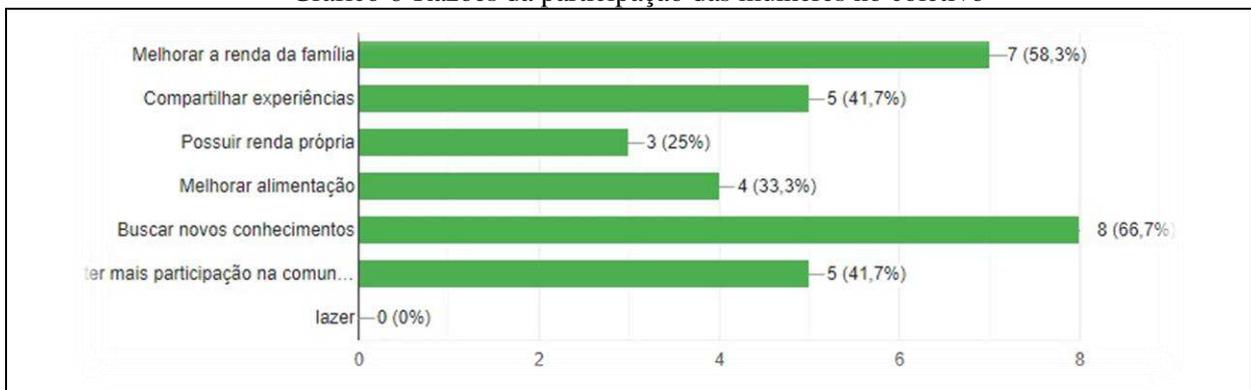
Nota-se ainda que, cruzando com os dados do estado civil, existe uma proporcionalidade entre o número de mulheres que tomam as decisões sozinhas (25%) com as mulheres cujo estado civil é solteira/viúva. Assim, em todas as famílias onde as decisões são tomadas em conjunto, existe a figura masculina do marido/união estável que divide as responsabilidades com a mulher sobre como gerir a casa/lote da família. Aparentemente, o que

temos é uma maior valorização da mulher no âmbito familiar.

Verificou-se que mais de metade das mulheres do Coletivo (58,3%) participou das ocupações que deram origem ao Assentamento. Dentre elas, a metade ainda eram crianças e foram levadas pelos pais e já no momento justificaram suas participações como uma forma de buscar melhores condições de vida. Ademais ressalta-se que das sete mulheres (58,3%) que participaram da fase de ocupação/acampamento do Cristina Alves, cinco participaram do Coletivo desde o surgimento. Esse dado demonstra que, uma vez que as mulheres estão inseridas nas lutas, a tendência é uma agregação maior com o Movimento e as atividades desenvolvidas por ele.

Conforme aduz Laeticia Jalil *at all* (2003), a decisão de participar de um grupo produtivo se deve a inúmeros fatores que devem ser pensados no contexto de vida das mulheres, suas trajetórias e experiências, não se restringindo a motivações de ordem meramente econômica. Tão importante quanto melhorar a renda familiar ou uma renda própria a participação no grupo possibilita estreitar laços de sociabilidade e é considerada uma atividade prazerosa. Com relação a esse quesito, o questionário era aberto e permitia a possibilidade que as mulheres elencaram uma ou mais razões que as motivaram a entrar no Coletivo. Conforme o resultado mostrado no Gráfico 6, a maioria das mulheres (66,7%) respondeu que ingressaram no Coletivo para buscar novos conhecimentos. Outras 58,3%, indicaram como razão da sua participação buscar melhorar a renda familiar. O terceiro motivo mais escolhido foi compartilhar experiências e ter mais participação na comunidade, ambos empatados com 41,7%.

Gráfico 6-Razões da participação das mulheres no coletivo



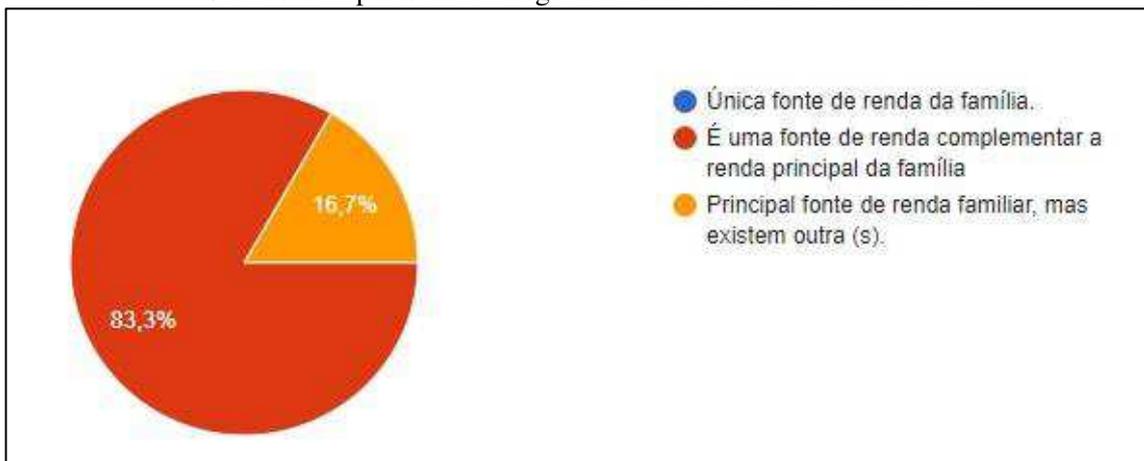
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

No tocante as atividades realizadas pelas mulheres antes de ingressarem no Coletivo, seis mulheres (50%) trabalhavam na roça, quebrando coco e coletando babaçu para fazer

carvão. Enquanto 25% declarou que não realizava nenhuma atividade fora de casa, nas palavras delas, “apenas” serviço doméstico.

A participação no Coletivo possibilita às mulheres uma remuneração distinta do marido/companheiro e também tem grande papel em aumentar a renda familiar. Conforme os dados do questionário contido no Gráfico 7, para 83,3% das mulheres a renda gerada no Coletivo representa uma fonte de renda complementar a renda da família. E para 16,7% das mulheres a renda do Coletivo se constitui como principal fonte de renda da família, apesar de existirem outras.

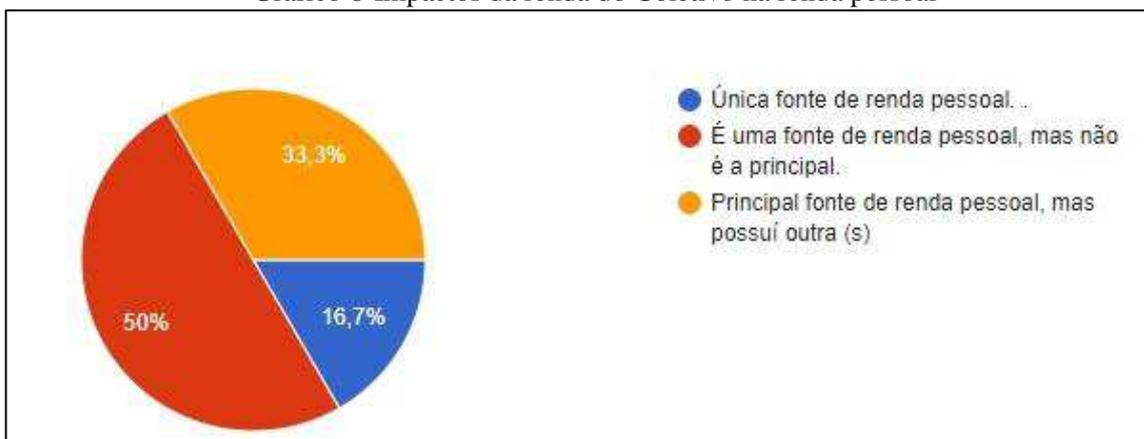
Gráfico 7-Impacto da renda gerada no coletivo na renda da família



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Em se tratado da renda pessoal, a renda obtida com as atividades do Coletivo tem ainda um peso econômico mais significativo. Conforme se observa no Gráfico 8, para metade das mulheres a renda obtida através do trabalho no Coletivo se constitui como principal (33,3%) ou única (16,7%) fonte de renda individual.

Gráfico 8-Impactos da renda do Coletivo na renda pessoal

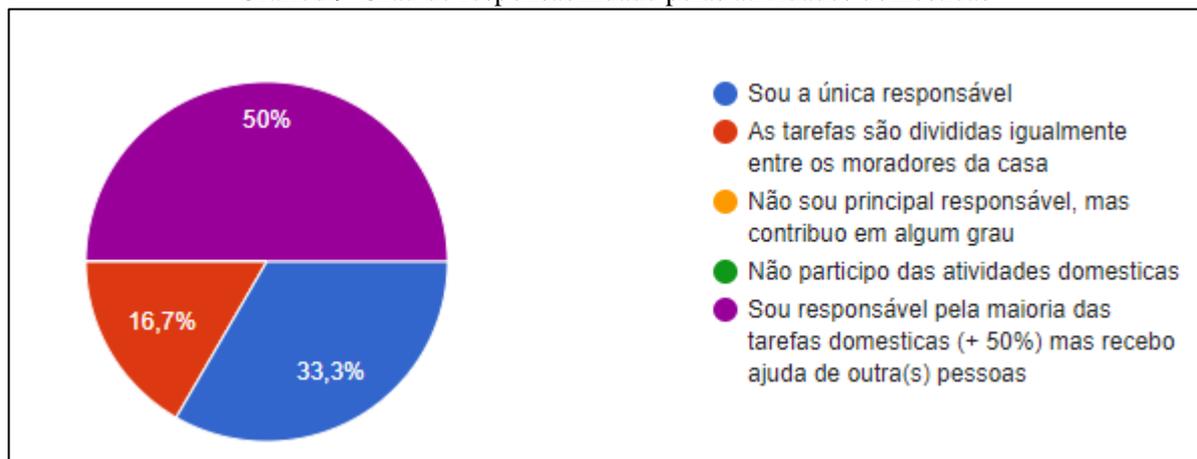


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A possibilidade de ter uma renda própria/aumentar a renda familiar, consta como o segundo motivo principal para as mulheres participarem do Coletivo e através do questionário vemos que esse objetivo é efetivamente concretizado conforme mostraram os Gráficos 8 e 9. O fato do Coletivo proporcionar uma renda própria para essas mulheres é associado ainda a busca de autonomia e está relacionado a busca por igualdade de condições.

Como vimos anteriormente, a divisão sexual do trabalho e a hierarquização do considerado trabalho masculino em detrimento do feminino, tem como uma das características principais a destinação dos homens à esfera produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva. Dessa forma, o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos ficam sob responsabilidade das mulheres, mesmo quando essas trabalham fora de casa. Com relação ao trabalho doméstico, 50% das mulheres é responsável pela maioria das tarefas domésticas, sendo 33% as únicas responsáveis por esses afazeres e somente em 16,7% as tarefas são divididas igualmente entre os moradores da casa.

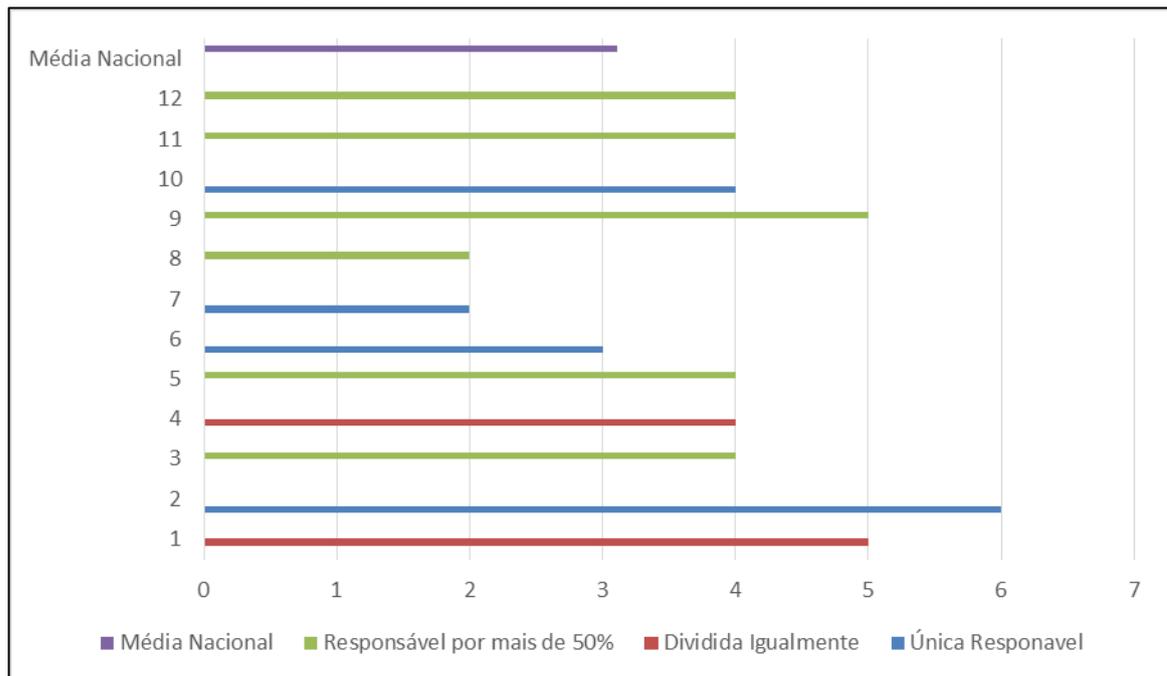
Gráfico 9-Grau de responsabilidade pelas atividades domésticas



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Ressalta-se também que as mulheres gastam em média quase quatro horas por dia nas atividades domésticas, o que demonstra como o trabalho doméstico recai de forma desproporcional sobre elas. Os números encontrados estão em consonância com a média nacional (3,11 horas diárias), não havendo nesse ponto nenhum grau de melhoria com relação a busca de equidade de gênero. O Gráfico 10 mostra a média de horas gastas diariamente pelas mulheres nos afazeres domésticos, levando em conta sua resposta sobre as responsabilidades sobre o serviço doméstico.

Gráfico 10-Média de horas diárias dedicadas as atividades domesticas



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Nota-se que mesmo entre as mulheres que responderam que tem ajuda nos afazeres domésticos (50%) ou nos casos em que atividade seria dividida igualmente entre os membros da família (16,7%), a carga de horas dedicadas ao trabalho doméstico é muito alta e ultrapassa a média nacional. Ainda que se leve em conta que existe confusão entre o trabalho efetivamente doméstico e aqueles realizados nos quintais, por serem realizados no mesmo espaço (BRUMER, 2004), os números altos representam a exploração sofrida pelas mulheres, pois demonstra que existe uma parcela alta de horas dedicadas ao trabalho que fica invisível e não remunerada, taxada de atividade doméstica/reprodução, portanto naturalmente executada pelas mulheres. Na jornada de trabalho da mulher o trabalho realizado fora de casa, remunerado, se soma ao realizado dentro de casa, não remunerado.

Ao fazer a comparação média de tempo gasto com os serviços domésticos e as horas dedicadas ao Coletivo (figura 06), verifica-se que em alguns casos as horas dedicadas ao trabalho doméstico poder ser o dobro das horas dedicadas ao Coletivo. Constatase, portanto, que a participação das mulheres no Coletivo ou em outras atividades não faz com que haja uma reorganização do trabalho doméstico. As mulheres tendem a se organizar no intuito de cumprir com todas as tarefas domesticas e do Coletivo, mantém-se, portanto, as bases da divisão sexual do trabalho.

Ao serem perguntadas por sua profissão/ocupação 100% das mulheres respondeu serem lavradoras. O que demonstra alto grau de identificação com a profissão e de valorização com o

do seu próprio trabalho.

Antes de entrar no Coletivo, 66,7% das mulheres costumava cultivar hortaliças no quintal de casa. Perguntadas sobre quem as ensinou a manejar o solo, todas responderam que “o pouco que sabia aprendi com familiares”, duas mulheres especificando que o conhecimento foi transmitido através da mãe. Certifica-se que é esse tipo de conhecimento tradicional, passado de geração a geração que Agroecologia busca resgatar e valorizar. Perguntadas se os alimentos produzidos sem agrotóxicos são mais saudáveis que os convencionais, 100% das mulheres afirmaram que sim e ainda justificaram:

Sim, por não utilizar químicos e usar mais adubos orgânicos. [QUESTIONÁRIO 1]
 Sim, porque são alimentos não contaminados e não agredem a nossa saúde [QUESTIONÁRIO 3];
 Sim, porque o alimento fica mais natural e livre de contaminação. [QUESTIONÁRIO 5];
 Sim, porque são produzidos de maneira natural. [QUESTIONÁRIO 6];
 Porque é uma plantação natural e que não usará veneno na sua produção. [QUESTIONÁRIO 9];
 Porque conta de não utilizarmos venenos e nem adubos químicos na produção, devido os agrotóxicos fazerem mal ao nosso organismo. [QUESTIONÁRIO 11];
 Sim, porque as hortaliças produzidas sem agrotóxicos já são naturais livres de contaminação. [QUESTIONÁRIO 12];

A alegação das mulheres para explicar que os alimentos produzidos por elas são mais saudáveis que os produzidos da forma convencional, se centra a não utilização de agrotóxicos como elemento chave para não agredir a saúde.

Todas mulheres responderam que acreditam que o modo como elas produzem contribuem para o meio ambiente e ao explicar o motivo, nota-se que novamente todas referenciam de alguma forma com o fato de não usarem agrotóxicos ou como elas mesmo chamam veneno:

Alimentos sem agrotóxicos não contaminam o solo e nem a água. [QUESTIONÁRIO 2];
 Produzindo sem veneno nós ajudamos a preservar o solo e a água do nosso ambiente. [QUESTIONÁRIO 3];
 A carga química no solo e mínima comparada a outros sistemas de produção. [QUESTIONÁRIO 6];
 Não poluímos o meio ambiente com produtos químicos. [QUESTIONÁRIO 8];
 Sim. Por que com o uso do veneno você mata os microrganismos no solo que ajudam no enriquecimento do solo em matéria orgânica. [QUESTIONÁRIO 9];
 Produzindo sem o uso de agrotóxico evitamos as contaminações das nascentes de água do nosso Assentamento. [QUESTIONÁRIO 12];

As respostas das mulheres ao questionário, evidenciam as diferenças das propostas agroecológicas e do agronegócio. Enquanto o modo de produção do agronegócio é dependente

dos agrotóxicos, as produções de viés agroecológicos simplesmente o expurgam.

É possível perceber que o processo de transição agroecológica vai se delineando à medida que se incorporam os aprendizados e as experiências das mulheres. A evidente negação ao agrotóxico e a consciência de que seu trabalho contribui para meio ambiente e para alimentação saudável. Siliprandi (2013) destaca que é por meio da construção de experiências agroecológicas se evidencia a efetiva participação das mulheres camponesas e as tornam sujeitos que protegem sua família e preservam o ecossistema, demonstrando uma mudança significativa no papel das mulheres na produção e na reprodução da vida.

Para finalizar o questionário, foi perguntado sobre a valorização do trabalho feminino e sobre a melhoria de vida, 100% das mulheres responderam que sentiram que seu trabalho passou a ser mais valorizado e que a vida melhorou após ingressarem no coletivo:

Me sinto melhor, até porque a minha renda aumentou bastante e não passo mais necessidade. [QUESTIONÁRIO 2]

Minha qualidade de vida melhorou bastante consigo gerar renda e sustentar minha família. [QUESTIONÁRIO 4]

Me sinto bem melhor, minha vida mudou bastante, principalmente na minha renda familiar e alimentação. Me sinto mais capaz de realizar meus trabalhos e menos estressada, e minha qualidade de vida ficou melhor. [QUESTIONÁRIO 5]

Me sinto melhor porque agora tenho uma fonte de renda extra e passei a interagir mais com as atividades do assentamento. [QUESTIONÁRIO 7]

Sim, me sinto melhor, a minha renda aumentou e aprendi novas experiências. [QUESTIONÁRIO 8]

Me sinto melhor por conquistar minha própria renda, trabalhar em coletividade e tendo novas experiências. [QUESTIONÁRIO 11]

Me sinto melhor porque comecei aumentar minha renda pessoal, me sinto menos estressada e daíquiri mais experiências na produção de hortaliças. [QUESTIONÁRIO 12]

De acordo com as respostas obtidas é possível identificar uma valorização e até mesmo um orgulho com relação ao trabalho produzido pelo Coletivo:

Segundo Guzmán (2007), a agroecologia além de propor o desenvolvimento rural sustentável, também representa uma estratégia de valorização dos recursos internos de uma unidade de produção familiar ao promover formas cooperadas de trabalho e circulação alternativa do produto. Esse é um aspecto visível na Horta, em que as mulheres relatam uma melhora significativa nas condições de vida, algo que está intrinsecamente relacionado à geração de renda (SILVA, 2019, p. 40).

Conforme destaca Montelo (2017), a atuação das mulheres nos espaços produtivos tem cumprindo um importante papel no desenvolvimento do Assentamento, aumentando a renda familiar, além de garantir uma alimentação saudável a sua família e a comercializar sua produção:

Ana está assentada há 12 anos, possui 28 anos de idade e atualmente é a coordenadora do grupo de trabalho das Crianças, também ajudou na fundação do Coletivo de Mulheres e enxerga na agroecologia uma forma de produzir alimentos saudáveis: Tudo de bom envolve a agroecologia. Olha, só em você conseguir produzir um alimento para sustentar a sua família sem utilizar nenhum tipo de veneno, de agrotóxico... Para mim agroecologia já tá dentro da minha família, faz parte da minha vivência. Ao invés de comprar, você vai na sua horta, no seu canteiro colhe tudo fresquinho, tudo naturalzinho, muda o sabor. Isso tudo para mim já faz parte da agroecologia (Ana, entrevistada nº 07) (SILVA, 2019, p. 39).

Através da atuação no Coletivo as mulheres têm uma maior identificação enquanto camponesas, além da autoestima, pois as mulheres passam a enxergar o valor de seu trabalho, se considerando provedoras da alimentação saudável de suas famílias e ainda como agentes preocupadas com práticas de preservam da natureza. reconhecendo seu papel na construção de uma nova sociedade. Construindo uma autoimagem positiva, aumentando sua confiança, promovendo a tomada de decisões, além de promover a coesão do grupo.

Não há dúvidas que a auto-organização é um passo fundamental na melhoria da qualidade de vida dessas mulheres. Representa um incremento na renda e significa que essas mulheres passaram a receber pelo trabalho produtivo que realizam em conjunto, ganhando uma independência financeira. Amaral (2018) destaca a auto-organização como um princípio do MST. Sendo um Movimento que tem como base a centralidade do trabalho, a promoção das diversas formas de cooperação agrícola como forma de desenvolver as forças produtivas e as relações sociais, tendo como objetivo gerar “alternativas de trabalho e renda, em especial para a juventude e as mulheres” (MST, 2014, p. 36).

A formação de grupos auto-organizados, se mostra um avanço da luta das camponesas e como uma forma encontrada de enfrentarem juntas questões como a violência doméstica, a falta de remuneração, não valorização do trabalho, entre outros. A auto-organização é uma das formas encontradas pelas mulheres de se fortalecerem conjuntamente, de buscarem outras alternativas de não o enfrentamento individual às várias questões, promovendo espaços de sociabilidade para a discussão sobre as opressões sofridas.

Obviamente que trata-se de um processo gradual de valorização, tanto das práticas agroecológicas quanto da valorização das mulheres na condução de tais práticas. A lógica capitalista de produção está tão enraizada nas nossas mentes, que alguns esperam grandes produções e não reconhecem o trabalho realizados pelas mulheres e seu valor a longo prazo, tanto na efetivação de uma alimentação saudável, quando na preservação do meio ambiente para as gerações futuras.

Nesse caminho, precisamos ter em mente que, ao mesmo tempo em que o MST busca a

superação das relações capitalistas, também está inserido nessa sociedade e por ela também é condicionado. Mesmo assim não podemos deixar de destacar os avanços promovidos tanto pelos trabalhos do Coletivo de Mulheres em si na promoção do protagonismo, quanto das práticas agroecológicas adotadas, que associadas promovem uma mudança ainda maior, construindo de pouquinho em pouquinho, a proposta de uma nova sociedade que vai se construindo no dia a dia.

5. CONCLUSÃO

Ao se analisar os aspectos históricos da Questão Agrária Brasileira, verificou-se que desde a colonização existe uma continuidade em torno de três elementos indissociáveis: a grande exploração latifundiária, a monocultura destinada à exportação e trabalho degradante. A aliança dos grandes proprietários de terras e o Estado sempre se reinventou para garantir o monopólio das terras e impedir qualquer tentativa de mudança na estrutura fundiária que permitisse maior acesso dos trabalhadores à terra. O agronegócio é síntese desse processo, enterrando qualquer argumento de uma Reforma Agrária ampla.

Assim o aparente paradoxo do país que bate recordes nas safras de produção agrícola ao mesmo tempo que aumentam os índices de miserabilidade e insegurança alimentar da sua população é fruto dos desdobramentos políticos e econômicos que inserem o Brasil no contexto da divisão mundial de trabalho como uma economia periférica, na qual o foco é a produção de mercadorias e não de alimentos.

Diante da contínua perpetuação de exploração e injustiça, desde a metade do século XX, os trabalhadores passaram a se organizar para fortalecer a luta pela terra. Dentre todas as organizações, o MST, surgido em meados da década de oitenta, tem se destacado como uma importante força social coletiva no Brasil.

Neste trabalho, foi realizado um breve traçado histórico sobre a participação da mulher no MST, sendo possível estabelecer qual foi o papel destinado às mulheres Sem Terra nas diversas propostas societárias construídas e reconstruídas pelo MST ao longo dos seus 40 anos de história. Observou-se que as mulheres sempre estiveram presentes e em papel de destaque nas lutas, inclusive ocupando papéis que historicamente lhes eram negados. Apesar da intensa participação percebeu-se que com a conquista dos assentamentos havia uma tendência de desmobilização feminina e essas voltaram a ocupar os ambientes domésticos.

Com relação as instâncias organizacionais do MST, foi reconhecido que lutar contra a opressão feminina, também é lutar contra as estruturas do capitalismo, visto que essa relação de dominação do patriarcado foi redimensionada no capitalismo para melhor e maior exploração das mulheres. As pautas de equidade de gênero passaram a fazer parte do programa Agrário do MST, que passou a incentivar o protagonismo feminino.

Dentro dessa lógica de incentivo, a participação feminina, uma das maneiras encontradas e que permite bem essa integração das mulheres, é a participação em grupos produtivos. Esses espaços possibilitam que mulheres troquem experiências e passem a ressignificar o trabalho produzido por elas mesmas e seu papel dentro do grupo familiar,

passando a questionar as opressões sofridas e dando valor econômico a seu trabalho, que muitas vezes foi entendido como apenas “ajuda”. A própria identificação enquanto agricultora/produtora/lavradora e não “dona de casa”, como em geral ocorre, é um passo importante para a tomada de consciência e enfrentamento das desigualdades sofridas.

Os coletivos de auto-organização passaram a ser um instrumento para a promoção de igualdade de gênero, pois contribuem para uma maior inserção feminina nos espaços sociais e políticos do próprio Movimento e para o avanço na questão de gênero e na superação da divisão sexual do trabalho.

O Coletivo de Mulheres Arte é Vida do Assentamento Cristina Alves é resultado desse processo que visa dar maior protagonismo as mulheres que sempre foram silenciadas. Buscando proporcionar uma participação mais ativa dessas no processo decisório da comunidade e nos processos produtivos, estimulando debate sobre a condição da mulher para o desenvolvimento de uma consciência crítica da comunidade no geral. O próprio nome do Assentamento já remete a uma valorização feminina, visto que é dado é homenagem a uma acampada que faleceu antes da titularização das terras. O Assentamento segue os parâmetros de paridade dos cargos de coordenação, possuindo sempre 50% ocupado por mulheres.

Através da aplicação de questionários, foi possível constatar alguns avanços e permanências no que se refere a valorização do trabalho feminino e equidade de gênero. Com relação aos avanços, destaca-se o fato de todas as mulheres que fazem parte do Coletivo se denominam como “lavradoras”, pois essa identificação é uma forma de valorização do próprio trabalho. Ademais, verificou-se um alto grau de participação das mulheres nas decisões dentro dos núcleos familiares, posto que conforme apurado, mais de 70% das mulheres participam das decisões sobre o que plantar/como gastar a renda são tomadas em conjunto, mostrando que elas estão agindo cada vez mais como sujeitos ativos.

O outro fator importante se refere ao alto grau de participação das mulheres na renda familiar, o que demonstra que apesar dos diversos processos exploratórios e do trabalho não remunerado, elas ainda conseguem se incumbir boa parte da renda familiar. Nesse ponto, nota-se ainda o papel fundamental do Coletivo na renda e independência financeira dessas mulheres, posto que para metade das mulheres a principal (33,3%) ou única (16,7%) fonte de renda.

Destaca-se ainda o papel de contribuição social das mulheres do Coletivo que, rompendo com o modelo hegemônico baseado no monocultivo e no uso extensivo de agrotóxico, cultivam diversos alimentos, baseadas nos princípios agroecológicos não fazendo uso de agrotóxicos. O trabalho dessas mulheres mostra os caminhos que devem ser percorridos para garantir a Segurança e a Soberania alimentar.

A produção do próprio alimento de forma saudável aumenta a autoestima das mulheres produtoras, e as fazem se identificar quanto sujeito que protege sua família e preserva o ecossistema, que gera renda, dando a elas o protagonismo e as fazendo repensar seu papel de desigualdade dentro da sociedade, através do reconhecimento de seu próprio trabalho. Através desses processos as mulheres passam a discutir e, portanto, desnaturalizar as diversas subordinações e violências que sofrem passando a entendê-las como fruto de uma sociedade patriarcal e capitalista.

Apesar dos avanços, verificou-se a permanência da divisão sexual do trabalho, deixando para as mulheres todo peso do trabalho reprodutivo, principalmente no que se refere as atividades domésticas e cuidado dos filhos. A carga de horas dedicadas ao trabalho doméstico é muito alta e ultrapassa a média nacional, mesmo entre aquelas mulheres que recebem ajuda na execução dos trabalhos domésticos. Ainda que se leve em conta que pode existir confusão entre o trabalho efetivamente doméstico e aqueles realizados nos quintais, por serem realizados no mesmo espaço (BRUMER, 2004), os números altos representam a exploração sofrida pelas mulheres, pois demonstra que existe uma parcela alta de horas dedicadas ao trabalho que fica invisível e não remunerado, taxada de uma atividade doméstica/reprodução, portanto naturalmente executada pelas mulheres.

Como foi visto, as mulheres não apenas produzem alimentos e trabalham na terra, elas também são fontes econômicas e de cuidado dentro das suas comunidades, e cumprem uma dupla jornada com produção e os deveres de cuidado com família, que são naturalizados como atributos femininos. Observa-se que é mais que necessário buscar meios para que haja o reconhecimento do papel do homem nas atividades domésticas e no cuidado de filhos e filhas, para que se possa abandonar a ideia de que só as mulheres precisam conciliar o trabalho produtivo com as responsabilidades familiares.

Mesmo com os diversos avanços ocorridos após a inclusão das pautas de gênero no MST, verifica-se que ainda há árduo caminho pela frente, principalmente no que se refere a desnaturalização dos trabalhos que recaem como atributos femininos natos. O campo ainda é um lugar muito conservador, mas espaços como os coletivos de mulheres, contribuem para que haja uma reflexão da sua condição e permite a própria identificação com trabalhadoras rurais capazes de assumir a atividade produtiva. Ademais, a renda advinda dessa produção pode chegar a garantir a autonomia dessas mulheres, permitindo a redefinição dos limites de sua prática social, permitindo que elas ocupem espaços de decisão e comando que historicamente lhe foram negados.

REFERÊNCIAS

QUESTIONÁRIOS

- Questionário 1: Ana Lucia Santiago de Carvalho Gomes.
 Questionário 2: Beatriz da Silva Alves.
 Questionário 3: Darlene Mendes Ferreira.
 Questionário 4: Luciana Santiago de Carvalho Vieira.
 Questionário 5: Marcia Alves dos Santos.
 Questionário 6: Maria Antônia Ribeiro das Chagas.
 Questionário 7: Maria da Cruz Alves dos Santos Costa.
 Questionário 8: Maria de Fátima Nascimento Gomes.
 Questionário 9: Maria Rosilene Ribeiro das Chagas.
 Questionário 10: Regina Rodrigues da Costa.
 Questionário 11: Rosa Rocha dos Santos.
 Questionário 12: Rosilene da Costa Lima

ARTIGOS E LIVROS

- AMARAL, Maísa Maria Baptista Prates. *Questão de gênero e MST: Os coletivos de auto-organização das mulheres no Espírito Santo*. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, p.156. 2018.
- BARBOSA, Viviane de Oliveira. “*Participação Feminina e Resistência Camponesa no Maranhão do Século XX*” In: *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos / Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros (Organizadoras)*. – Niterói : Alternativa, p.283-301, 2013.
- BARROS, Alice Monteiro de. *A mulher e o direito do trabalho*. São Paulo: DLTR, 1995.
- BEARD, Mary. *Mulheres e o Poder : Um Manifesto ; tradução de Celina Portocarreiro - São Paulo; Planeta do Brasil 2018.*
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.
- BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões do. *A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)*. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília , v. 51, n. 4, p. 645-660, Dec. 2013.
- BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- BRUMER, Anita & ANJOS, Gabriele dos. *Relações de gênero em assentamentos: a noção de empoderamento em questão*. In: LOPES, Adriana & BUTTO, Andrea. (orgs.). *Mulheres na Reforma Agrária. A experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008.
- BRUNO, Regina; JUNIOR, Valdemar João Wesz; BORDALO, Caroline de Araújo e outros. “*Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil*” In: *Mulheres*

camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos / Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros (Organizadoras). – Niterói : Alternativa, 2013.

BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo, Unesp, 1992.

BUTTO, Andrea; HORA, KARLA; NOBRE, Miriam. *As Mulheres no Censo Agropecuário 2017*. ABRA/ Friedrich-Ebert-Stiftung, 2021.

CARTER, Miguel. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. In CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social. O MST e a reforma agrária no Brasil*. SP: Editora UNESP, 2008.

CARTER, Miguel & CARVALHO, Horácio Martins de. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social. O MST e a reforma agrária no Brasil*. SP: Editora UNESP, 2008.

DELGADO, Guilherme Costa. *A questão agrária no Brasil, 1950-2003*. In: JACCOUD, Luciana. *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: Ipea, 2005.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. “O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social” In: *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos* / Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros (Organizadoras). – Niterói : Alternativa, 2013.

FRACCARO, Glaucia. “*Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*”. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

FEDERICI, Silvia. “*O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*”. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

_____, Silvia. “*O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*”. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, Ana Paula Lopes; MATTOS, Luís Cláudio. Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 69, n. 2, p. 38-43, Apr. 2017.

FICO, Carlos. *Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, pp. 13-67.

FURLIN, Neiva. “A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres” In: *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos* / Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros (Organizadoras). – Niterói : Alternativa, 2013.

GIRIBET BERNAT, Isaac. *A Regional Itapecuru do MST*. In: Bernat, Isaac Giribet; Ferreira, Marcia Milena Galdez; Sousa, Wendell Emmanuel Brito de. (Org.). *Maranhão: campo e cidade (séculos XX-XXI)*. 1. ed. São Luís: Editora UEMA, 2019.

GOMES, Angela Maria De Castro. *A invenção do Trabalhismo*. RJ:IUPERJ,1998. p.229-257.

GONÇALVES, Renata. (Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. Londrina, v. 14, n.2, p. 198-216, 2009.

GORENDER, Jacob. A forma plantagem de organização da produção escravista . In: STEDILE, João Pedro. *A Questão Agrária no Brasil. Volume II. O debate na esquerda: 1960-1980* . São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GUIMARAES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. In: STEDILE, João Pedro. *A Questão Agrária no Brasil. Volume I. O debate tradicional: 1500-1960* . São Paulo: Expressão Popular, 2011.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla . *Sobre los Orígenes de la Agroecología en el Pensamiento Marxista y Libertário*. AGRUCO: La Paz, 2011.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.p.1-102.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco; A história brasileira revisitada pelo enfoque da questão agrária. 2020. [material de apoio à aula: Natureza do Desenvolvimento do Capitalismo na Agricultura, ministrada no curso Questão Agrária: Cooperação e Agroecologia] Disponível em: < [http:// https://sites.google.com/view/mstformcaocvd19/quest%C3%A3o-agr%C3%A1ria-coopera%C3%A7%C3%A3o-e-agroecologia?authuser=0](http://https://sites.google.com/view/mstformcaocvd19/quest%C3%A3o-agr%C3%A1ria-coopera%C3%A7%C3%A3o-e-agroecologia?authuser=0) >. Acesso em: 10/05/2022.

MAZIN, Angelo Diogo; SANTOS, Selma de Fatima; SANTOS, Marcio José dos. A questão agrária e os desafios da construção da Reforma Agrária Popular. In: SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção (Org.). *Territórios, movimentos sociais e políticas de Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 145-162.

MEDEIROS, Leonilde Sêrbolo de. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social. O MST e a reforma agrária no Brasil*. SP: Editora UNESP, 2008.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Assentamentos rurais e gênero. Temas de reflexão e pesquisa. In: LOPES, Adriana; BUTTO, Andrea. *Mulheres na Reforma Agrária a experiência recente no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008. Pág. 7-18.

MEDINA, JULIO CESAR BRAVO. Agroecologia e MST no Maranhão: Projeto De Assentamento De Reforma Agrária Cristina Alves – Dificuldades E Perspectivas. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) – Universidade Estadual do Maranhão, Maranhão. São Luís, 84f. 2014.

MENDONÇA, Sonia. Estado e economia no período 1939-1955. In: _____. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, pp. 39-68.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Território da Cidadania. Disponível em: http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/valedoitapecuruma/one-community?page_num=0. Acesso em 01 julho. 2022.

MONTELO, Maria Alzerina Carneiro. A Participação das Mulheres na Organização da

Produção socioeconômico do Assentamento Cristina Alves, na Vila 17 de Abril no Município de Itapecuru. Monografia (Especialização em Educação do Campo) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. São Luís, f.57.2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Setor de gênero. Caderno de Formação 01: Feminismo Camponês e Popular com Identidade e Revolucionário, 2015.

_____. *Programa agrário do MST* – texto em construção para o VI Congresso Nacional. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2013.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil. In: STEDILE, João Pedro. *A Questão Agrária no Brasil. Volume IV. História e natureza das Ligas Camponesas - 1954-1964.* São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PAULILO, Maria Ignez. *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo* Florianópolis: EdUFSC, 2016.

PERROT, Michelle. *As Mulheres ou silêncios da História.* Florianópolis: Edusc, 2005.

_____, Michelle. *Minha História das Mulheres.* Tradução de Ângela M.S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, Celi. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (org.). *Uma questão de gênero.* Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

PRADO JR, Caio. *A Questão Agrária e a Revolução Brasileira.* In: STEDILE, João Pedro. *A Questão Agrária no Brasil. Volume I. O debate tradicional: 1500-1960.* São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ROCHA, Rosaly Justiniano de Souza; CABRA, José Pedro Cabrera. Aspectos Históricos Da Questão Agrária No Brasil. In: *Revista Produção Acadêmica –Núcleo De Estudos Urbanos Regionais E Agrários/ NURBA –Vol. 2 N. 1 p. 75-86.* 2016.

SAFFIOTI, Heleith. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.* 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleith; FERRANTE, V.L.S.B. *A mulher e as contradições do capitalismo agrário. Perspectivas,* São Paulo, 6:67-75, 1983.

SALES, Celecina. *Mulheres Rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos.* IN: *Estudos Feministas.* v.15, n.2. Florianópolis: UFSC, 2007.

SANTOS, Thais Marques de. *As publicações do setor de gênero do MST e as vivências de mulheres Sem Terra: reflexões sobre desrespeito, reconhecimento e autonomia.* Dissertação. (Mestrado) – Escola de Humanidades, Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre, f.96. 2016.

SANTOS, Anderson David Gomes dos; SILVA, Danielle Viturino da; MACIEL, Kleciane Nunes; *A campanha publicitária “agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da rede globo de televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no brasil.* Revista Eletrônica

Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, v. 21, n. 1, p. 46-61, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/155273>. Acesso em: 20 maio. 2022.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, vol. 16, n. 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

SILIPRANDI, Emma. “Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil” In: Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos / Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros (Organizadoras). – Niterói : Alternativa, 2013.

SILVA, José Graziano da. A modernização dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. P.114-141 e 162-175.

SILVA, Ligia Osorio. A Apropriação Territorial Na Primeira República. História & Perspectivas, Uberlândia, MG, v. 10, p. 157-169, 1994.

SILVA, Marjorie Jeanine Ferreira. Estudo de caso da Horta Comunitária do Coletivo de Mulheres do Assentamento Cristina Alves em Itapecuru Mirim – MA. Monografia (Graduação) – Curso de Agronomia, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, f.73. 2019.

SULIDADE, Mariana da. “TERRA EM TRANSE”: Estado e Questão Agrária no Maranhão (1968-1970). Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 87f. 2015.

STEDILE, João Pedro. FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

STEDILE, João Pedro. A luta pela Reforma Agrária e a Produção de Conhecimento. IN: Dalmagro Sandra Luciana (org.). Cadernos do Iterra, Ano VII , nº 14 , 1ª edição, Rio Grande do Sul: Iterra, 2007.

_____, João Pedro (Org.) *A Questão Agrária no Brasil – volume 1: O debate tradicional: 1500 – 1960*. São Paulo: Expressão Popular. 2005.

_____, João Pedro (Org.) *A Questão Agrária no Brasil – volume 2: O debate na esquerda: 1960 – 1990*. São Paulo: Expressão Popular. 2012.

TARDIN, José Maria & GUHUR, Dominique. Agroecologia: uma contribuição camponesa à emancipação humana e à restauração revolucionária da relação metabólica sociedade-natureza. In: MOLINA, Mônica. Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais de ciências agrárias – reflexões sobre o Programa Residência Agrária. Volume 2. Brasília: UNB, p.44-94, 2017.

TONÁ, NILCINEY. Pesquisa nos cursos de Agroecologia e nas Escolas e Centros de Formação dos Movimentos Sociais do Campo no Paraná. IN: Dalmagro Sandra Luciana (org.). Cadernos do Iterra, Ano VII , nº 14 , 1ª edição, Rio Grande do Sul: Iterra, 2007.

UNIÓN PANAMERICANA. Declaración a los Pueblos de América. In: Alianza para el Progreso. Documentos oficiales emanados de la Reunión Extraordinária del Consejo

Interamericano Económico y Social al Nivel Ministerial. Washington: Organización de los Estados Americanos, 1967.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 15.05.2022.

_____. Código Civil (1916). Lei nº 3.071, de 1º de Janeiro de 1916. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 05.06.2022.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

MARANHÃO. Lei Nº 2.968 de 17 de junho de 1969.

APÊNDICES

APÊNDICE A-QUESTIONÁRIO

1.Nome: _____

2.Idade: _____

3.ESTADO CIVIL:

Solteira casada viúva outros _____

4.OCUPAÇÃO/Profissão: _____

5. Possui Filhos? SIM NÃO

- Quantos e qual idade?

6. Mora com quantas pessoas?

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

- Qual relação com as pessoas que moram com você?

Pai Mãe Avó Avô Marido/Esposa/Companheiro(a) Filho(s)

Outros _____

7. Participou das ocupações/acampamentos que resultaram na criação do P.A Cristina Alves?

SIM NÃO

- Por que?

8.Qual seu grau de participação na renda da família?

Única responsável.

Sou responsável pela maioria da renda (+ 50%) mas recebo ajuda de outra(s) pessoas.

Sou responsável por pelo menos 50% da renda da casa.

Não sou principal responsável pela renda mas contribuo em algum grau (30% ou menos).

Não ajudo na renda da família.

- Especificar quem são as outras pessoas que contribuem na renda:

Pai Mãe Marido/Esposa/Companheiro(a) Filhos

Outros _____

9.Qual seu grau de participação nas decisões sobre a roça e como usar renda da família (Escolha do que plantar/como gastar o dinheiro)?

Tomo todas decisões sozinha.

Sou responsável pela maioria das decisões mas outra (s) pessoa (s) também ajudam a decidir.

Todas as decisões são tomadas em conjunto.

- A maioria das decisões são tomadas por outra pessoa, mas ajudo em algumas decisões.
 Não participo das decisões.

- Especificar quem são as outras pessoas responsáveis pelas decisões:

- Pai Mãe Avó Avô Marido/Esposa/Companheiro(a) Filhos
 Outros _____

10. Participa do coletivo desde sua criação?

- SIM NÃO

11. O que motivou sua participação no coletivo?

- Caso não responda direto, sugerir respostas:

- Melhorar a renda da família Possuir renda própria Buscar novos conhecimentos
 Compartilhar experiências Lazer Melhorar alimentação ter mais participação na comunidade

12. Antes de fazer parte do Coletivo, realizava algum tipo de atividade fora de casa? Qual?

13. Para você a renda fruto do seu trabalho no coletivo representa:

- Com relação a renda pessoal
 Única fonte de renda pessoal. Principal fonte de renda pessoal, mas possuí outra (s).
 É uma fonte de renda pessoal, mas não é a principal.
- Com relação a renda familiar
 Única fonte de renda da família. Principal fonte de renda familiar, mas existem outra (s).
 É uma fonte de renda complementar a renda principal da família.

14. Quantos dias da semana e horas por dia você costuma investir nas atividades do coletivo (trabalho)?

15. Quem é/são a(s) pessoa(s) responsáveis pelas tarefas de casa (cozinhar/lavar roupa/limpar)?

- Sou a única responsável
 Sou responsável pela maioria das tarefas domésticas (+ 50%) mas recebo ajuda de outra(s) pessoas
 As tarefas são divididas igualmente entre os moradores da casa
 Não sou principal responsável, mas contribuo em algum grau
 Não participo das atividades domésticas

- Especificar quem são as outras pessoas responsáveis:

- Pai Mãe Avó Avô Marido/Esposa/Companheiro(a) Filho(s) Filha(s)
 Outros _____

16. Diariamente quanto tempo em média você gasta nas tarefas de casa?

- Menos de 1 hora 1 hora 2 horas 3 horas
 4 horas 5 horas 6 horas Mais de 6 horas

17. Antes de entrar no coletivo você costumava cultivar hortaliças no quintal de casa (roça/horta/ervas medicinais/canteiro)?

SIM NÃO

- Se sim, como/com quem aprendeu sobre o que usar para adubar/prá eliminar pragas (etc.)?

18. Os alimentos da horta, produzidos sem agrotóxicos, são mais saudáveis do que aqueles convencionais?

SIM NÃO

- Por que?

19. Você acredita que o modo como vocês produzem alimentos (sem agrotóxico) contribui para a preservação do meio ambiente?

SIM NÃO

- Por que?

20. Desde que ingressou no coletivo você sente que seu trabalho passou a ser mais valorizado?

SIM NÃO

21. Que mudanças ocorreram na sua vida após ingressar no coletivo de mulheres? Se sente melhor?

APÊNDICE B- DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, Rosa Rocha dos Santos, declaro ser conhecedora e concordar com os objetivos e metodologias da pesquisa intitulada: **"ARROZ DEU CACHO E O FEIJÃO FLORIÔ": ANÁLISE COLETIVO DE MULHERES ARTE É VIDA DO ASSENTAMENTO CRISTINA ALVES – MST**". O presente estudo está sendo realizado pela aluna Dandara Câmara Rodrigues Freire, junto a Universidade Estadual do Maranhão, como Trabalho de Conclusão de Curso de História Licenciatura, sob orientação do Prof. Dr. Isaac Giribet Bernat.

O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queiram saber antes, durante e depois da sua participação. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

Itapecuru Mirim, ___ de Novembro de 2021

De acordo,

Rosa Rocha dos Santos

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu,

maria antônia ribeiro das chagas

, declaro ser conhecedora e concordar com os objetivos e metodologias da pesquisa intitulada: "**ARROZ DEU CACHO E O FEIJÃO FLORIÔ**": ANÁLISE COLETIVO DE MULHERES ARTE É VIDA DO ASSENTAMENTO CRISTINA ALVES – MST", O presente estudo está sendo realizado pela aluna Dandara Câmara Rodrigues Freire, junto a Universidade Estadual do Maranhão, como Trabalho de Conclusão de Curso de História Licenciatura, sob orientação do Prof. Dr. Isaac Giribet Bernat.

O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queiram saber antes, durante e depois da sua participação. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

Itapecuru Mirim, ___ de Novembro de 2021

De acordo,

maria antônia ribeiro das chagas

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Rosileu da Costa Lima, declaro ser conhecedora e concordar com os objetivos e metodologias da pesquisa intitulada: **“ARROZ DEU CACHO E O FEIJÃO FLORIÔ”: ANÁLISE COLETIVO DE MULHERES ARTE É VIDA DO ASSENTAMENTO CRISTINA ALVES – MST**”, O presente estudo está sendo realizado pela aluna Dandara Câmara Rodrigues Freire, junto a Universidade Estadual do Maranhão, como Trabalho de Conclusão de Curso de História Licenciatura, sob orientação do Prof. Dr. Isaac Giribet Bernat.

O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queiram saber antes, durante e depois da sua participação. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

Itapecuru Mirim, ___ de Novembro de 2021

De acordo,

Rosileu da Costa Lima

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Beatriz da Silva Alves, declaro ser conhecedora e concordar com os objetivos e metodologias da pesquisa intitulada: **"ARROZ DEU CACHO E O FEIJÃO FLORIÓ": ANÁLISE COLETIVO DE MULHERES ARTE É VIDA DO ASSENTAMENTO CRISTINA ALVES – MST**, O presente estudo está sendo realizado pela aluna Dandara Câmara Rodrigues Freire, junto a Universidade Estadual do Maranhão, como Trabalho de Conclusão de Curso de História Licenciatura, sob orientação do Prof. Dr. Isaac Giribet Bernat.

O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queiram saber antes, durante e depois da sua participação. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

Itapecuru Mirim, ____ de Novembro de 2021

De acordo,

Beatriz da Silva Alves

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Dandara Mendes Serrera, declaro ser conhecedora e concordar com os objetivos e metodologias da pesquisa intitulada: **“ARROZ DEU CACHO E O FEIJÃO FLORIÓ”: ANÁLISE COLETIVO DE MULHERES ARTE É VIDA DO ASSENTAMENTO CRISTINA ALVES – MST**”, O presente estudo está sendo realizado pela aluna Dandara Câmara Rodrigues Freire, junto a Universidade Estadual do Maranhão, como Trabalho de Conclusão de Curso de História Licenciatura, sob orientação do Prof. Dr. Isaac Giribet Bernat.

O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queiram saber antes, durante e depois da sua participação. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

Itapecuru Mirim, ___ de Novembro de 2021

De acordo,

Dandara Mendes Serrera

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Ana Lúcia Santiago de Carvalho Gomes, declaro ser conhecedora e concordar com os objetivos e metodologias da pesquisa intitulada: "**ARROZ DEU CACHO E O FEIJÃO FLORIÔ**": **ANALISE COLETIVO DE MULHERES ARTE É VIDA DO ASSENTAMENTO CRISTINA ALVES – MST**", O presente estudo está sendo realizado pela aluna Dandara Câmara Rodrigues Freire, junto a Universidade Estadual do Maranhão, como Trabalho de Conclusão de Curso de História Licenciatura, sob orientação do Prof. Dr. Isaac Giribet Bernat.

O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queiram saber antes, durante e depois da sua participação. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

Itapecuru Mirim, ___ de Novembro de 2021

De acordo,

Ana Lúcia Santiago de Carvalho Gomes

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Luciana Santiago de Carvalho
Vieira, declaro ser conhecedora e
concordar com os objetivos e metodologias da pesquisa intitulada: **"ARROZ
DEU CACHO E O FEIJÃO FLORIÔ": ANÁLISE COLETIVO DE MULHERES
ARTE É VIDA DO ASSENTAMENTO CRISTINA ALVES – MST**". O presente
estudo está sendo realizado pela aluna Dandara Câmara Rodrigues Freire,
junto a Universidade Estadual do Maranhão, como Trabalho de Conclusão de
Curso de História Licenciatura, sob orientação do Prof. Dr. Isaac Giribet
Bernat.

O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua
privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e
esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo
o que queiram saber antes, durante e depois da sua participação. Os dados
coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, e
os resultados poderão ser publicados.

Itapecuru Mirim, ___ de Novembro de 2021

De acordo,

Luciana Santiago de Carvalho
Vieira

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Regina Rodrigues da Costa, declaro ser conhecedora e concordar com os objetivos e metodologias da pesquisa intitulada: **"ARROZ DEU CACHO E O FEIJÃO FLORIÓ": ANÁLISE COLETIVO DE MULHERES ARTE É VIDA DO ASSENTAMENTO CRISTINA ALVES - MST**, O presente estudo está sendo realizado pela aluna Dandara Câmara Rodrigues Freire, junto a Universidade Estadual do Maranhão, como Trabalho de Conclusão de Curso de História Licenciatura, sob orientação do Prof. Dr. Isaac Giribet Bernat.

O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queiram saber antes, durante e depois da sua participação. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

Itapecuru Mirim, ___ de Novembro de 2021

De acordo,

Regina Rodrigues da Costa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Maria de Fatima Nascimento Gomes, declaro ser conhecedora e concordar com os objetivos e metodologias da pesquisa intitulada: **“ARROZ DEU CACHO E O FEIJÃO FLORIÔ”: ANÁLISE COLETIVO DE MULHERES ARTE É VIDA DO ASSENTAMENTO CRISTINA ALVES – MST**”, O presente estudo está sendo realizado pela aluna Dandara Câmara Rodrigues Freire, junto a Universidade Estadual do Maranhão, como Trabalho de Conclusão de Curso de História Licenciatura, sob orientação do Prof. Dr. Isaac Giribet Bernat.

O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queiram saber antes, durante e depois da sua participação. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

Itapecuru Mirim, ___ de Novembro de 2021

De acordo,

Maria de Fatima Nascimento Gomes

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Márcia Alves dos Santos, declaro ser conhecedora e concordar com os objetivos e metodologias da pesquisa intitulada: **"ARROZ DEU CACHO E O FEIJÃO FLORIÔ": ANÁLISE COLETIVO DE MULHERES ARTE É VIDA DO ASSENTAMENTO CRISTINA ALVES – MST**". O presente estudo está sendo realizado pela aluna Dandara Câmara Rodrigues Freire, junto a Universidade Estadual do Maranhão, como Trabalho de Conclusão de Curso de História Licenciatura, sob orientação do Prof. Dr. Isaac Giribet Bernat.

O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queiram saber antes, durante e depois da sua participação. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

Itapecuru Mirim, ____ de Novembro de 2021

De acordo,

Márcia Alves dos Santos

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Maria Antônia Ribeiro das Chagas, declaro ser conhecedora e concordar com os objetivos e metodologias da pesquisa intitulada: "ARROZ DEU CACHO E O FEIJÃO FLORIÔ": ANÁLISE COLETIVO DE MULHERES ARTE É VIDA DO ASSENTAMENTO CRISTINA ALVES - MST", O presente estudo está sendo realizado pela aluna Dandara Câmara Rodrigues Freire, junto a Universidade Estadual do Maranhão, como Trabalho de Conclusão de Curso de História Licenciatura, sob orientação do Prof. Dr. Isaac Giribet Bernat.

O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queiram saber antes, durante e depois da sua participação. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

Itapecuru Mirim, ___ de Novembro de 2021

De acordo,

Maria Antônia Ribeiro das Chagas

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Maria Rosilene Ribeiro das Chagas, declaro ser conhecedora e concordar com os objetivos e metodologias da pesquisa intitulada: **"ARROZ DEU CACHO E O FEIJÃO FLORIÔ": ANÁLISE COLETIVO DE MULHERES ARTE É VIDA DO ASSENTAMENTO CRISTINA ALVES – MST**, O presente estudo está sendo realizado pela aluna Dandara Câmara Rodrigues Freire, junto a Universidade Estadual do Maranhão, como Trabalho de Conclusão de Curso de História Licenciatura, sob orientação do Prof. Dr. Isaac Giribet Bernat.

O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queiram saber antes, durante e depois da sua participação. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

Itapecuru Mirim, ____ de Novembro de 2021

De acordo,

Maria Rosilene Ribeiro das Chagas